



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

THIAGO DE AGUIAR NETTO

**A DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO E A PROMOÇÃO DE ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS COMO INSTRUMENTOS PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA**

FLORIANÓPOLIS
2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO E A PROMOÇÃO DE ARRANJOS
PRODUTIVOS LOCAIS COMO INSTRUMENTOS PARA O
DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para a obtenção de carga horária da disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Thiago de Aguiar Netto

Orientador: Prof. Dr. Renato Ramos Campos

Área de Pesquisa: Desenvolvimento Regional

Assinatura:

De acordo:

Palavras – Chave:

1. Arranjos Produtivos Locais
2. Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional
3. Políticas Públicas

FLORIANÓPOLIS
2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota -8,5- ao aluno Thiago de Aguiar Netto na
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Renato Ramos Campos
Orientador

Prof.

Membro

Prof.

Membro

RESUMO

NETTO, Thiago de Aguiar. **A descentralização do Estado e a promoção de Arranjos Produtivos Locais como instrumentos para o desenvolvimento regional em Santa Catarina.** 2009. 71p. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Diante da necessidade encontrada pelo governo catarinense, de diminuir as desigualdades regionais presentes no estado, foi realizado um processo de descentralização administrativa do Estado que culminou com a criação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs). Ainda dentro da perspectiva de se promover o desenvolvimento regional, o governo catarinense criou a Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas, conhecida como Câmara de APLs, para se articular ao governo federal, que criou o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL). Tanto as SDRs quanto a Câmara de APLs possuem vínculo com o DESENVESC, numa política do Estado que busca interligar seus programas de desenvolvimento regional. Desta forma percebe-se a formação de todo um arranjo institucional, tanto descentralizando quanto fomentando o desenvolvimento de APLs, agindo, incipientemente e ao acaso, de forma articulada para a promoção do desenvolvimento regional na busca da redução das desigualdades regionais.

Palavras-chave: Arranjos Produtivos Locais, Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, Políticas Públicas.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais,
aos meus irmão, minhas tias Elza e Darcy,
meu tio Milton, e todos aqueles a quem eu amo.

AGRADECIMENTOS

Nunca fui muito bom em expressar minhas idéias e meus sentimentos, sempre fui uma pessoa mais reservada, mais fechada. Porém espero ser capaz de expressar meus agradecimentos como realmente os sinto, não estou aqui agradecendo por mera convenção ou etiqueta, estou agradecendo de coração.

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, Zulmaria e Helio, afinal tudo começou com eles. Sempre me amaram, me educaram e me apoiaram, em todos os sentidos, da melhor forma possível, inclusive com sua percepção que minha educação seria o maior bem que eles poderiam me dar. Se hoje este trabalho está feito, e caminho para o fim de mais uma etapa da minha vida, devo muito disso a eles.

Agradeço também aos meus irmãos, Alessandro e Maysa. Sempre companheiros, sempre estimuladores, sempre apoiadores, verdadeiros amigos que tenho desde os primórdios da minha existência, e que terei até o fim da minha vida. Seus conselhos foram sempre importantes para chegar até aqui.

Falando em amigos, agradeço também a eles, que sempre me fizeram sorrir quando precisava sorrir e que me estimularam a continuar no caminho que me trouxe a mais esta etapa da minha vida. Seu companheirismo, seu apoio emocional e acadêmico e suas lições de vida me ajudaram muito nesta jornada.

Ao meu orientador, professor e coordenador Prof. Renato Ramos Campos. Sua dedicação e paciência (além da oportunidade por ele me dada de trabalhar no projeto por ele coordenado) me ajudaram de forma imensurável para a conclusão deste trabalho. Agradeço também a toda equipe do projeto (Pablo, Valdir, Moisés, Franklin), que sempre fizeram considerações pertinentes me ajudando na concepção deste trabalho.

Finalmente à minha família (primos, tios, avós) que também sempre me apoiaram, aconselharam e me deram as oportunidades para chegar até aqui e além. Mas de forma especial agradeço aos meus tios, Elza e Milton, que me abriram as portas de sua casa para que eu pudesse realizar este curso nesta cidade e me acolheram como um filho, assim como seus filhos, meus primos, que comigo viveram nesses últimos anos e me trataram como um irmão, Marcelo e Renato. E também minha tia Darcy... tia, amiga, e logo, também, colega de profissão. Seu exemplo, seu estímulo, suas críticas e as oportunidades que ela me abriu serão lembradas por mim por toda a minha vida.

A todos deixo o meu sincero “muito obrigado”.

**“Não importa o que fizeram do homem,
importa sim o que ele faz do que fizeram dele.”**
(Jean-Paul Sartre)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Benefícios Teóricos dos <i>Clusters</i>	25
Quadro 2: Reformas Administrativas em SC (2003/2007) e Ordenamento legal das SDRs	31
Quadro 3: Competências da FAPESC	41
Quadro 4: Programa APLs - FAPESC	43
Quadro 5: Municípios de abrangência das SDRs em Santa Catarina	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de Santa Catarina dividido conforme suas SDRs	53
Figura 2: Porte I	57
Figura 3: Porte II	57
Figura 4: Porte III	58
Figura 5: Porte IV	58

LISTA DE ABREVIACÕES

- ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais;
- ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina;
- ACARPESC – Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina;
- ADR – Agências de Desenvolvimento Regional;
- AMPESC – Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina;
- APL – Arranjo Produtivo Local;
- Aspils – Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais;
- BADESC – Agência de Fomento de Santa Catarina;
- BB – Banco do Brasil;
- BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul;
- CAIXA – Caixa Econômica Federal;
- CDR – Conselho de Desenvolvimento Regional;
- CERTI – Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras;
- CONCITI – Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- DESENVESC – Conselho Estadual de Desenvolvimento;
- EMPASC – Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária;
- EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Desenvolvimento Rural;
- FACISC – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina;
- FAESC – Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina;
- FAMPESC – Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina;
- FAPESC – Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina;
- FDR – Fórum de Desenvolvimento Regional;
- FDRI – Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina;
- FCDL – Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina;
- FECAM – Federação Catarinense de Municípios;
- FECOMÉRCIO – Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina;
- FETIESC – Federação dos Trabalhadores na Indústria de Santa Catarina;
- FIESC – Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina;

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos;
Forumcat – Fórum Catarinense de Desenvolvimento Regional;
GTP APL – Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais;
IEL – Instituto Euvaldo Lodi;
Instituto CEPA – Instituto de Economia Agrícola de Santa Catarina;
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
MesoMercosul – Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul;
MPE – Micro e Pequena Empresa;
OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina;
PBI – Programa de *Benchmarking* Industrial;
PCD – Plano Catarinense de Desenvolvimento;
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento;
PEIEx – Projeto Extensão Industrial Exportadora;
PEPI – Programa de Elaboração de Projetos de Inovação;
PITCE – Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior;
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;
PPA – Plano Plurianual;
PQF – Programa de Qualificação dos Fornecedores;
RedeSist – Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais;
SAR – Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
SDP – Secretaria do Desenvolvimento da Produção;
SDR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional;
SDS – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável;
SEA – Secretaria de Estado da Administração;
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina;
SED – Secretaria de Estado da Educação;
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;
SOCIESC – Sociedade Educacional de Santa Catarina;
Spils – Sistemas Produtivos e Inovativos Locais;
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação;
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina;
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;
UNIVILLE – Universidade Região de Joinville.

SUMÁRIO

RESUMO	4
DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS	6
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE ABREVIACÕES	10
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualização	14
1.2 Objetivos	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 Justificativa	16
1.4 Metodologia	16
2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	18
2.1 O que são Arranjos Produtivos Locais e quais as vantagens de sua abordagem?	18
2.2 Elementos típicos de um APL	19
2.2.1 Desenvolvimento Tecnológico	19
2.2.2 Empresas	20
2.2.3 Instituições	20
2.2.4 Estado	20
2.2.5 Local	21
2.2.6 Competição e Cooperação	22
2.2.7 Governança	23
2.3 Por que o Estado deve apoiar APLs?	24
3 A DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO E AS FERRAMENTAS DE APOIO À ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	27
3.1 A Descentralização do Estado em Santa Catarina	27
3.1.1 Um breve histórico do processo	27
3.1.2 A reforma administrativa do Estado	30
3.1.2.1 O Desenvesc	31
3.1.3 O planejamento do desenvolvimento em Santa Catarina	33
3.1.3.1 PPA Regional	33
3.1.3.2 O Projeto Master Plan	33
3.1.3.3 O Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD) – 2007/2015	34
3.1.3.4 O Projeto Meu Lugar	35

3.2 Programas e ações do governo federal em apoio aos APLs.....	36
3.2.1 Incorporação do APL no âmbito do PPA	36
3.2.2 Instituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL).....	37
3.3 Programas e ações do governo estadual em apoio aos APLs.....	37
3.3.1 A criação da Câmara de APLs em Santa Catarina.....	37
3.3.2 Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense.....	39
3.3.3 A Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC)	40
3.3.3.1 Apoio da FAPESC aos APLs.....	42
3.3.4 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).....	43
3.3.4.1 Apoio da EPAGRI aos APLs.....	44
3.4 Outras instituições de apoio à APLs.....	45
3.4.1 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE/SC).....	45
3.4.1.1 Apoio do SEBRAE/SC aos APLs	47
3.4.2 Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC)	49
3.4.2.1 Apoio do IEL/SC aos APLs.....	50
3.5 Considerações finais.....	51
4 AS SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA	53
4.1 Mapeamento das 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina	53
4.2 O papel das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e os Conselhos De Desenvolvimento Regional.....	55
4.2.1 As Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional como descentralizadora ou desconcentradora de poder pelo Estado	59
4.3 Considerações finais.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: APLs E PLANEJAMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA	63
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No último quarto do século XX, com a globalização e liberalização dos mercados reduzindo espaços econômicos privilegiados (o que diminui as particularidades das economias nacionais), ocorreram transformações nas empresas que passaram a incorporar novos modelos organizacionais mais intensivos em informação e conhecimento (TIGRE, 2005)

De acordo com Porter (1993) os reflexos desta globalização e liberalização dos mercados, como a redução dos custos de comunicação e transporte, e a redução das barreiras ao comércio e à competição internacional, tornam ainda mais significativas as vantagens que a aglomeração de empresas em um local fornece às inovações. As empresas com vantagens competitivas autênticas são mais capacitadas para penetrar em outros mercados. Mesmo que a globalização facilite o acesso aos fatores clássicos de produção, a vantagem competitiva é determinada pelo conhecimento diferenciado, habilitações e ritmo de introdução de inovação, materializados em mão de obra qualificada e rotinas de organização, e, destaca, o processo de qualificação da mão de obra e as importantes influências da taxa de aperfeiçoamento e inovações são intensivamente locais. Porter conclui, portanto, o paradoxo de que quanto mais aberta à competição global, mais é importante se ter uma base regional.

Com a preocupação de enfrentar estes processos de desenvolvimento, característicos do atual estágio do capitalismo, criou-se a necessidade de se formular novas políticas tecnológicas e industriais que reconheçam as vantagens de se mobilizar atores coletivos, contribuindo por sua vez para a disseminação de políticas que se dirigem para conjuntos de empresas e outros agentes (LASTRES; CASSIOLATO; CAMPOS, 2006).

Reflexo disto, é que a partir dos anos 90 viu-se multiplicar a quantidade de experiências e políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento local-regional. Essas novas experiências são marcadas pela descentralização do Estado que passa a atuar mais horizontalmente com a sociedade, inserido em uma cultura de cooperação e mobilização. Essas novas políticas de desenvolvimento não se opõem ao processo de urbanização-industrialização, porém tentam combater os efeitos da

concentração demográfica desse processo (BIRKNER, 2008).

Esta nova forma de ver e lidar com o desenvolvimento industrial e tecnológico e de se promover o desenvolvimento local-regional é conhecida como Arranjos Produtivos Locais (APLs). A definição proposta pela RedeSist é a de que APLs

são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 27).

Deriva-se desta noção que a proximidade locacional dos agentes – sejam eles fornecedores, clientes, consumidores, centros tecnológicos, universidades, sindicatos e instituições promotoras de políticas – importa para a compreensão das características particulares pelas quais se desenvolvem as atividades de produção e inovação nos locais. Esta monografia pretende demonstrar que a criação e as atividades políticas de coordenação e planejamento das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs), com sedes distribuídas em trinta e seis diferentes regiões de Santa Catarina, podem ser analisadas conjuntamente com a perspectiva de Arranjos Produtivos Locais, em prol do desenvolvimento regional.

Parte dessa compreensão deriva de afirmações de autores como Birkner (2008), o qual destaca que o objetivo geral das secretarias de desenvolvimento regional, em Santa Catarina, é promover a descentralização do Estado, servindo assim de "braços operacionais" dos governos presentes nas microrregiões¹.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é descrever as políticas de apoio aos Arranjos Produtivos Locais e a descentralização do Estado em Santa Catarina (via criação das

¹ Os critérios para definição das microrregiões correspondentes às sedes das SDRs são parte dos objetivos de investigação desta monografia. Não há, no entanto, similaridade entre essas e as microrregiões definidas pelo IBGE.

Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional) como instrumentos para a promoção do desenvolvimento regional.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Apresentar e discutir literatura em que está baseada a noção de Arranjos Produtivos Locais, desenvolvida pela RedeSist² (1997);
2. Descrever o processo de descentralização em Santa Catarina como ferramenta de promoção do desenvolvimento regional;
3. Realizar um levantamento das ações dos órgãos que desenvolvem políticas para Arranjos Produtivos Locais e
4. Demonstrar a ação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional em conjunto com órgãos que promovem descentralização e APLs.

1.3 Justificativa

Ao avaliar as ações e a perspectiva de desenvolvimento local-regional do governo estadual, este trabalho é mais um avanço na compreensão do papel das novas instituições de política. Nessa perspectiva, o foco em Arranjos Produtivos Locais, é tido como uma abordagem em que diversas dimensões das análises típicas de aglomerações são consideradas³.

Importa, portanto observar de que maneira o Estado de Santa Catarina vem apoiando o desenvolvimento econômico regional através da descentralização e de políticas voltadas à promoção de APLs.

1.4 Metodologia

A metodologia deste trabalho consiste em realizar pesquisa bibliográfica, através de revisão teórica e histórica dos temas, buscando respostas ao problema levantado, na tentativa de atender as questões apontadas nos objetivos, geral e específicos.

Referindo-se à classificação metodológica desta pesquisa, esta é de natureza

² Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, sediada no Instituto de Economia da UFRJ.

³ As diferenças e complementaridades entre algumas abordagens serão exploradas nesta monografia.

aplicada, de abordagem qualitativa com objetivos exploratórios e descritivos.

Aplicada porque gera conhecimento de aplicação prática dirigido à solução de problemas específicos que envolvem interesses locais. Qualitativa porque se baseia na interpretação de fenômenos, atribuindo significados a estes, a partir de um vínculo existente entre o mundo real e a teoria. Exploratória e descritiva, pois fez um levantamento bibliográfico sobre a questão além da observação e estudo de instituições, órgãos e programas (SILVA; MENEZES, 2001).

Esta monografia está organizada em cinco capítulos:

O primeiro capítulo é introdutório. Elabora-se uma contextualização dos dois principais focos de pesquisa deste trabalho (APLs e SDRs), assim como objetivos, justificativa e a presente metodologia do trabalho.

O segundo capítulo trata do entendimento do que são Arranjos Produtivos Locais (APLs), quais as vantagens que a abordagem em APLs traz para a sociedade e por isso mesmo porque deveriam ser foco de apoio, além de uma rápida passagem por elementos que compõe a formatação de um APL.

No capítulo 3 é discutida a descentralização do Estado em Santa Catarina, fazendo um apanhado geral sobre todo o processo descentralizante até a criação, pelo governo do Estado, das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional. Além da apresentação dos órgãos e suas políticas utilizadas para a promoção de Arranjos Produtivos Locais no estado.

No capítulo 4 são discutidas as SDRs. Foi feito um rápido mapeamento de suas sedes pelo estado, assim como seus municípios de abrangência. Foram também definidas as suas funções, assim como as dos CDRs que as regem. Há também uma discussão sobre seu papel central, o de descentralizar as funções do governo do Estado de Santa Catarina.

No capítulo 5 são apresentadas as considerações finais deste trabalho. Analisam-se as relações entre as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs) quanto ao seu papel no âmbito do governo Estadual, destacando-se as atividades de planejamento e suas relações com as demais políticas de apoio a Arranjos Produtivos Locais exercidas por outros órgãos do governo do Estado, bem como as características deste instrumento de política no contexto da estratégia de planejamento do governo estadual.

2 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Este capítulo trata da noção de Arranjos Produtivos Locais (APLs), quais as vantagens que a abordagem de APLs traz para o planejamento do desenvolvimento produtivo e regional, além de uma rápida descrição dos elementos que compõe a estrutura e a forma de funcionamento de um APL.

2.1 O que são Arranjos Produtivos Locais e quais as vantagens de sua abordagem?

APLs são aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, situados em um mesmo território, que atuam em atividades interdependentes. Estes agentes podem ser empresas produtoras de bens ou serviços, clientes, fornecedores, instituições públicas e privadas (RODAMILANS, 2007).

Mais especificamente, é apresentada a abordagem analítica desenvolvida pela RedeSist que combina contribuições sobre o desenvolvimento da escola estruturalista latino americana com a visão neo-schumpeteriana de sistemas de inovação denominada Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Aspils):

Conforme a definição proposta pela RedeSist, Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Spils) designa conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam interação, cooperação e aprendizagem, os quais são fundamentais para a geração e mobilização de capacidades produtivas e inovativas. Spils geralmente incluem empresas – produtoras de bens e serviços finais; fornecedoras de bens (matérias-primas, equipamentos e outros insumos) e de serviços; distribuidoras e comercializadoras; consumidoras etc. - e demais organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, informação, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento, além de cooperativas, associações e representações. Arranjos Produtivos Locais (APLs) designa aqueles casos fragmentados e que não apresentam significativa articulação entre os atores e que, assim, não podem se caracterizar como sistemas. (LASTRES; CASSIOLATO; CAMPOS, 2006, p. 23)

As principais vantagens dessa abordagem é ver, no processo produtivo, a relação existente entre os diversos agentes econômicos que executam atividades conexas, levando em consideração o espaço onde ocorre essa produção, as políticas de promoção desta, enxergando o processo de produção e o de inovação como complementares.

É comum acreditar que a globalização traz um mundo sem fronteiras, global e

homogêneo, porém o que se percebe cada vez mais é o aprofundamento das desigualdades entre países e regiões do planeta e uma conseqüente revalorização da dimensão espacial, em especial o espaço local (LASTRES; CASSIOLATO; CAMPOS 2006).

Cassiolato e Szapiro (2003) identificam cinco características básicas de um APL: a diversidade de atividades e atores econômicos, político e sociais; a sua dimensão territorial; a importância associada ao conhecimento tácito; a existência real ou potencial de processos de inovação e aprendizado interativos; as formas de governança.

2.2 Elementos típicos de um APL

2.2.1 Desenvolvimento Tecnológico

O desenvolvimento tecnológico e inovativo só pode ser eficaz se organizado como um processo de resolução de problemas, assimilado em um processo interdependente e não linear e difundido em um sistema interativo favorável. A abordagem das instituições destaca as regulamentações que permitem que o aprendizado e as inovações aconteçam, em particular salientando a relação entre organizações, instituições e as atividades inovadoras das firmas (DOLOREUX, 2002).

Reforçando a idéia da importância da difusão da inovação, é ressaltada que a inovação em si pode não representar impactos econômicos significativos, sendo mais importante a velocidade e a abrangência da difusão das inovações. Tigre (2005, p. 10) determina a difusão de inovações como dependente de “um conjunto de fatores condicionantes favoráveis” que inclui “inovações complementares, criação de infraestrutura apropriada, quebra de resistência de empresários e consumidores, mudanças na legislação e aprendizado na produção e uso de novas tecnologias”.

O desenvolvimento tecnológico tem importância no desempenho da competitividade das empresas ao criar vantagens competitivas para as mesmas. A inovação, seja de produtos, de matéria prima ou dos processos, é um elemento necessário nos Arranjos Produtivos Locais. A cooperação entre os agentes presentes em um APL, proporciona ainda maior aprendizado e difusão dos conhecimentos relacionados ao setor. O conhecimento tácito tem importante papel no desenvolvimento tecnológico, pois representa uma grande vantagem do aspecto local, dado a proximidade

dos agentes no arranjo, o que fornece maiores condições para que ocorra a interação e por sua vez a difusão de conhecimentos deste tipo (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

2.2.2 Empresas

As empresas são agentes econômicos que possuem a importante função de se responsabilizar pela geração e difusão do conhecimento, devem ser consideradas como organizações de aprendizado que interagem com outras empresas e instituições que compartilham seu ambiente, e devem também ser encaradas como usuárias e produtoras de conhecimento e colaboradoras e concorrentes entre si (DOLOREUX, 2002).

De acordo com Porter,

o sucesso de empresas em uma determinada região ou país, em uma determinada indústria, é influenciado por quatro elementos: condições dos fatores locais; condições da demanda; estratégias das indústrias relacionadas e de apoio, e estratégia das empresas; estrutura e rivalidade. Isto se aplica particularmente às empresas que estão se tornando mais competitivas; isso é, mais inovativas e com melhor acesso aos recursos necessários para suas atividades produtoras. (PORTER, Apud DOLOREUX, 2002, p. 245)

2.2.3 Instituições

De acordo com Carlsson (Apud DOLOREUX, 2002), as instituições reduzem incertezas, coordenam o uso do conhecimento, mediam conflitos e fornecem incentivos, dessa forma moldando o ambiente em que estão inseridas de forma a estimular a inovação técnica assim como fornecer a estrutura normativa que promove a estabilidade das interações sociais. As instituições podem assumir a forma de uma estrutura formal com um propósito explícito, ou uma estrutura informal que determina normas, regras e leis que influenciam a inovação.

2.2.4 Estado

O investimento em inovações é sempre uma opção incerta (de risco), o que abre espaço para a intervenção pública objetivando orientar as empresas a introduzir novos produtos, serviços e processos superiores aos já existentes no mercado, ampliando assim a intensidade do processo seletivo e promovendo um ambiente econômico competitivo.

Neste novo ambiente cabe ao Estado estimular as empresas a desenvolverem novas capacitações e estimular uma cooperação que permita a difusão das inovações (SCHEIDT, 2008).

Tal é a importância do Estado no desenvolvimento tecnológico das empresas que Scheidt (2008) referencia o trabalho de Anita Kon (que por sua vez faz uso de uma pesquisa da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do estado de São Paulo, realizada em 1991 e coordenada por Luciano Coutinho) que revela a existência de um atraso tecnológico das indústrias nacionais desde os anos 80 graças a pouca diversificação dos grupos econômicos brasileiros, a falta de um sistema de financiamento público e privado do país, e a falta de instrumentos de coordenação e *planejamento de políticas de incentivo à industrialização pelo governo*.

2.2.5 Local

A proximidade dos agentes econômicos, ou seja, sua aglomeração em um local tem basicamente três implicações. Primeiro, os benefícios gerados por forças de aglomeração espacial, ou seja, firmas engajadas em aprendizado interativo, relação com fornecedores e clientes locais, infra-estrutura compartilhada e outras externalidades. Segundo, a proximidade está associada aos custos transacionais, com a proximidade física o intercâmbio entre firmas é mais rápido e menos oneroso. Terceiro, questões sociais e culturais, explicando melhor, devido à alta confiança e compreensão necessária para se compartilhar conhecimento tácito, a falta de entendimento cultural e social pode impedir relações entre agentes (DOLOREUX, 2002).

A primeira, das três implicações sugeridas por Doloreux, é melhor explicada por Porter (1993). De acordo com Porter a concentração de empresas concorrentes, clientes, fornecedores e universidades em um mesmo local promovem eficiências e especialização pelos seguintes motivos:

- a) Empresas concorrentes em proximidade tendem a competir com mais voracidade, e esta competição está associada ao aumento de vantagens competitivas. Mais além, a concentração geográfica de uma indústria age como atrativo para mão de obra qualificada e outros fatores;
- b) Os clientes sofisticados que estiverem localizados na região oferecem a possibilidade de transmissão de informação sobre suas necessidades e novas

tecnologias que os agradam, exigindo serviço e desempenho dos produtos a eles oferecidos;

- c) Os fornecedores localizados na região entrarão em intercâmbio e cooperação regular com a pesquisa e desenvolvimento da indústria;
- d) As instituições de ensino e pesquisa (universidades) localizadas próximas a um grupo de competidores que tomarem conhecimento da indústria que as cerca, perceberão que são importantes para tal indústria e reagirão de acordo com tal percepção, enquanto os competidores provavelmente terão a mesma noção da importância de tais instituições e irão apoiar e financiar as atividades universitárias locais.

A proximidade aumenta a concentração da informação e, desse modo, a probabilidade de ser percebida de se atuar de acordo com ela. A proximidade aumenta a velocidade do fluxo de informações dentro da indústria nacional e o ritmo no qual as inovações se difundem. Ao mesmo tempo, tende a limitar a disseminação dessas informações fora da indústria, porque a comunicação toma formas (como o contato pessoal) que são de lenta transmissão. A proximidade aumenta a visibilidade do comportamento do competidor, as vantagens evidentes de igualá-lo em suas melhorias e a probabilidade de que o orgulho local se combine com a motivação exclusivamente econômica para incentivar o comportamento das empresas. O processo de agrupamento e o intercâmbio entre as indústrias dentro do grupo também funciona melhor quando estas estão geograficamente concentradas. A proximidade leva ao conhecimento precoce dos desequilíbrios, necessidades ou limitações dentro do grupo, permitindo que sejam tratados ou explorados. (PORTER, 1993, p. 188)

A importância das aglomerações produtivas está ligada também aos benefícios proporcionados através de economias externas locais (condições que beneficiam todos os atores no local) e também à cooperação entre empresas e demais atores e ações do setor público por meio de políticas. A soma destes dois fatores é o que se chama de eficiência coletiva, explicando as vantagens competitivas de empresas aglomeradas. Enquanto as economias externas locais puras são incidentais, a cooperação e o apoio público são deliberados. O enfoque da eficiência coletiva destaca o papel das políticas públicas em sinergia com as ações privadas de ajuda mútua (SUZIGAN, 2001).

2.2.6 Competição e Cooperação

Competição e cooperação, apesar de serem termos opostos, não são mutuamente excludentes. Empresas em um arranjo podem cooperar em diversos aspectos, como na

compra de matérias primas em conjunto, projetos produtivos compartilhados, canais de distribuição conjuntos, participação em feiras e eventos, consórcios diversos etc. A cooperação age como fonte de energia para a expansão acordada das empresas com benefícios mútuos, enquanto a concorrência é o motor que conduz cada empresa a procurar melhores condições de competitividade para si. Ambas, cooperação e competição são importantes para o desenvolvimento de arranjos produtivos, produzindo ganhos coletivos e individuais (CARVALHO JR; CARIO; SEABRA, 2007).

2.2.7 Governança

A governança em APLs refere-se aos modos de coordenação, intervenção e participação nos processos de decisão locais dos diferentes agentes e às atividades que envolvem a organização dos fluxos de produção, assim como processo de geração, disseminação e utilização do conhecimento. Tal governança se dá por meio da formação de comitês gestores, fóruns, pactos etc., estabelecendo um modelo de gestão para as atividades do APL como um todo, além de indicar que o capital social do APL é forte, expressando assim a capacidade dos integrantes em estabelecer laços de confiança e redes de cooperação. “Apesar das dificuldades de mensurar capital social, este é considerado como um dos fatores mais relevantes para o desenvolvimento econômico, através do qual cria-se um ambiente propício para os negócios e incentiva-se o comércio e as inovações” (STAINSACK, 2006, p. 4).

De um modo geral, a governança tem os seguintes objetivos:

- a) Promover a integração entre os agentes integrantes do arranjo;
- b) Buscar recursos e financiamento para projetos, além de definir e implantar um plano de desenvolvimento do APL;
- c) Buscar soluções para o desenvolvimento regional, através da elaboração de estudos, programas e projetos;
- d) Promover a instalação de sistemas de informação, gerando informações de interesse do APL;
- e) Apoiar a implantação de centros de pesquisa e treinamento;
- f) Incentivar a ampliação e criação de novas empresas, além de promover a cooperação a cooperação entre o centro de governança do arranjo e outras entidades de desenvolvimento regional.

2.3 Por que o Estado deve apoiar APLs?

Enquanto a globalização causou dificuldades econômicas para algumas regiões em suas especializações, também reforçou outras especializações em outras regiões. Os governos, portanto, fazem políticas para aglomerados produtivos para amenizar tais dificuldades econômicas, ou ainda para superá-las. O sucesso desta estratégia vai depender da habilidade das aglomerações produtivas em evoluir e se encaixar em nichos úteis da cadeia global de valor (OCDE, 2007).

Existe uma série de motivações básicas por trás do apoio às aglomerações produtivas, inclusive com fortes evidências quantitativas de que as indústrias continuam relativamente concentradas e que firmas e centros de pesquisa em proximidade possuem maior vantagem competitiva. Os aglomerados constituem-se em um princípio organizador conveniente e pragmático para o qual se focar recursos e construir parceiras. Uma razão clara para tal apoio diz respeito aos custos de transação e custos de coordenação necessários para se juntar os atores (OCDE, 2007).

Conceito	Benefícios
Externalidades Marshallianas	
Mercado de trabalho para mão de obra especializada	Economia com custos de trabalho devido ao acesso a conhecimentos especializados, principalmente em um ambiente onde a resposta rápida é importante
Maior variedade de bens intermédios especializados e serviços	Acesso a uma base de fornecedores locais, que tem maior variedade de produtos e um alto grau de especialização
<i>Spillovers</i> em conhecimento tácito	O acesso ao conhecimento tácito em proximidade geográfica por meio de ambos, processos formais, e através de canais informais, tais como vazamentos de conhecimento possibilitados pelas interações casuais inter firmas
Condições do Mercado de Porter	
Clientes exigentes	Efeitos motivacionais devido às demandas de clientes locais altamente competitivos, que melhoram a qualidade, custo, etc.
Rivalidade	Efeitos motivacionais relacionados com a pressão social
Complementaridades	Melhores oportunidades de vendas para as empresas, devido à busca pela redução de custos para os compradores de produtos complementares oferecidos nas proximidades e oportunidades privilegiadas para a cooperação (vendas, marketing, etc.), entre fornecedores de produtos complementares nas proximidades
Vantagens de Custo	
Transporte	Economias com custos de transporte, devido à proximidade geográfica, especialmente no caso de contratos de entrega <i>just in time</i>
Confianças	Economias com custos de transação devido a um ambiente que encoraja a confiança

Quadro 1: Benefícios Teóricos dos *Clusters*

Fonte: OCDE (2007)

O apoio do Estado aos APLs, especificamente, vem da percepção de que as políticas públicas de desenvolvimento local-regional são o eixo orientador de promoção social e econômica. O objetivo de políticas públicas de apoio aos APLs objetiva então orientar e coordenar os esforços do Estado na indução do desenvolvimento local, buscando gerar emprego e renda, além de estimular as exportações.

A estratégia da atuação em APL decorre do reconhecimento de que políticas de fomento empresarial obtêm mais sucesso quando são direcionadas a grupos de empresas, ao contrário de empresas individualizadas, já que o potencial competitivo de empresas inseridas em APLs não advém de ganhos de escala individuais, e sim da cooperação entre os diversos agentes econômicos (MDIC, 2008a).

A importância então em apoiar APLs é justamente evitar que tempo e dinheiro sejam gastos em iniciativas dispersas, que apresentam menores chances de se mostrarem

competitivas e sobreviver devido a sua desarticulação, tornando assim as políticas públicas mais consistentes.

Ainda, os benefícios do APL não se resumem aos atores ligados à produção, também ajudam a alavancar os indicadores sócio-econômicos da região em que se localizam, já que, ao constituir toda uma cadeia produtiva local-regional são criados empregos que geram renda para a região. Costumeiramente ocorre também uma maior solidariedade, associativismo e ações conjuntas por parte de empresas e sindicatos, o que ajuda a atenuar problemas sociais (ALVES FILHO, 2004).

O Estado em seus níveis mais regionais tem um importante papel em promover políticas para arranjos, justamente porque possui a importante componente local. As autoridades regionais possuem mais informação sobre as necessidades da região, assim como mais contato com os atores que nela estão. Por estes motivos são mais capazes de identificar as ligações entre os atores diversos, além das barreiras ao desenvolvimento do APL. Além disso, são justamente estas instâncias mais regionais do Estado que serão diretamente beneficiadas com o desenvolvimento econômico gerado pelo sucesso dos APLs na região (OCDE, 2007).

Considerando essas referências conceituais sobre APLs e a importância de apoiá-los, passaremos a discutir o esforço do Estado em realizar políticas de desenvolvimento regional e de apoio aos APLs. Considerando ainda que ambas possuam foco nos espaços locais procura-se observar as articulações entre tais políticas.

3 A DESCENTRALIZAÇÃO DO ESTADO E AS FERRAMENTAS DE APOIO ÀS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Neste capítulo é discutida a descentralização do Estado em Santa Catarina, fazendo um apanhado geral sobre o processo que culmina com a criação, pelo governo do Estado, das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional.

Também são apresentados os órgãos estaduais e as políticas que realizam para a promoção de Arranjos Produtivos Locais no estado.

3.1 A Descentralização do Estado em Santa Catarina

Existe uma ênfase dada à descentralização na Constituição do Brasil de 1988, pois a descentralização do Estado é visto como um marco da democratização e do aumento da eficiência. Além disso, descentralizar é necessário para se ter um maior contato com os atores presentes em cada região e assim não só identificar com melhor precisão suas necessidades, como também atendê-las com maior rapidez. Atualmente há o reconhecimento do papel desempenhado pela região, que proporciona a emergência de dinâmicas coletivas de desenvolvimento integrado por haver a integração de atores sociais (FILIPPIM; ABRUCIO, 2008).

3.1.1 Um breve histórico do processo

Desde 1960 existem em Santa Catarina, por iniciativa da sociedade civil, redes de articulação de base territorial para a cooperação regional. Tais redes congregavam entidades públicas e privadas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento, inclusive com a criação, em 1961, das associações de municípios. Na década de 80 Santa Catarina contava com 15 associações de municípios abrangendo todo o estado. Nesta mesma década (em 1980 mais especificamente) foi criada a Federação Catarinense das Associações Municipais (hoje conhecida como Federação Catarinense de Municípios - FECAM). No início da década de 90 as redes de articulação regional tomaram o caráter de fóruns e agências de desenvolvimento por impulso da própria FECAM (FILIPPIM ; ABRUCIO, 2008).

Como foi dito, a partir da década de 90 a articulação regional foi aprofundada com a criação dos fóruns e agências de desenvolvimento. Dentre estes, o de maior destaque foram os Fóruns de Desenvolvimento Regional (FDR). Os FDRs foram criados pelas associações de municípios, em parceria com entidades públicas e privadas, motivada pelas limitações do governo catarinense em atender o interior do estado, buscando, portanto o desenvolvimento em tal região (FILIPPIM ; ABRUCIO, 2008).

A partir dos FDRs foram criados, em 1996, os Fóruns de Desenvolvimento Regional Integrado de Santa Catarina (FDRI). Sua função era a de levantar as demandas regionais para a formulação de diretrizes que permitissem o desenvolvimento sustentável do estado como um todo, ampliando a participação da sociedade civil nos processos decisórios de sua região (*em resposta às dificuldades que o Governo Central encontrava para a problemática do desenvolvimento regional*). Pretendia-se buscar parcerias interinstitucionais que ultrapassassem o âmbito municipal, tanto do setor público quanto do privado. Os FDRIs ampliavam a participação da sociedade civil nos processos decisórios de sua região (BIRKNER, 2008).

As atividades dos fóruns regionais fizeram com que surgissem as Agências de Desenvolvimento Regional (ADR) que serviam de plataforma técnico-institucional dando suporte operacional, com uma estrutura de articulação entre as instituições atuantes no território, identificando problemas de desenvolvimento setorial e regional, e selecionando as oportunidades para intervenção e levantamento de recursos necessários para o desenvolvimento no âmbito do território (FILIPPIM ; ABRUCIO, 2008).

Logo após a criação das ADRs foi formado o Fórum Catarinense de Desenvolvimento Regional (Forumcat), composto por cerca de 60 entidades do estado, tanto da sociedade civil quanto governamentais. Na reunião de criação do Forumcat os seguintes desafios foram propostos para serem superados (BIRKNER, 2008):

- O individualismo dos agentes e instituições;
- O individualismo municipal;
- A ânsia dos agentes em ser protagonista, o que fazia com que quem não fosse líder do processo não faria parte do processo;
- Falta de cooperativismo;
- A cultura do imediatismo;
- A falta de vontade em construir os processos, esperando sempre uma atitude vinda de um nível superior;

- A transferência de responsabilidade aos outros, incluindo os governos;
- Não crer em investimentos integrandos, esperando a intervenção governamental.

O Forumcat foi organizado em um Conselho Geral⁴ (responsável por aprovar e implementar o Plano Geral de Ação do Forumcat), um Conselho Executivo⁵ (onde se planejava, definia, propunha e incentivava a implementação de políticas de desenvolvimento), uma Agência de Desenvolvimento (que funcionava de “braço operacional do Fórum”, organizando eventos de capacitação, sensibilização, mobilização, articulação e integração das entidades que congregavam o Forumcat e os FDRIs), além das câmaras temáticas. O Forumcat compreendia que o atual conceito de competitividade era cada vez mais entre regiões, e menos entre empresas, com apoio a Sistemas Produtivos com ênfase no planejamento territorial através de interação público-privado.

Durante o período de sua criação até o ano de 2002, o Forumcat cumpriu ao menos o primeiro dos seus grandes desígnios: foi capaz de articular e “sensibilizar” os agentes locais e regionais. As atividades iniciavam cada vez que fossem solicitadas por um conjunto de atores de qualquer micro-região catarinense, que manifestassem o interesse na formação de um Fórum Regional. Normalmente, a presença do Forumcat era solicitada pela associação de municípios de cada região. A partir disso, iniciava-se uma série de reuniões com os integrantes regionais do fórum em constituição, trabalho que levava calculadamente um ano até que estivesse constituído o FDRI, tendo passado pelas várias etapas de “sensibilização”, caracterizadas, sobretudo, nas proposições em favor da cooperação interinstitucional e intermunicipal e na superação tanto dos bairrismos frequentes em tais espaços territoriais quanto dos conflitos interpartidários. Nessa perspectiva, houve um processo de conscientização dos atores políticos e econômicos regionais no estabelecimento dos “pactos territoriais” para a consolidação das identidades regionais. Assim, é importante destacar o papel de animador e portador do conhecimento técnico exercido pelo Forumcat. Mais do que isso, foi o difusor conceitual da idéia maior do desenvolvimento regional integrado e sustentável, como também o agente formador orientado pelo propósito de construir ou reconstruir o capital social nas regiões (BIRKNER, 2008, p. 305).

⁴ A coordenação geral foi exercida de forma rotativa a cada dois anos por um dos integrantes do Conselho Executivo.

⁵ O Conselho Executivo é composto pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul, Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Fundação Catarinense de Ciência e Tecnologia, Federação Catarinense das Associações de Municípios, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina, Federação da Agricultura de Santa Catarina, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, Federação Estadual do Comércio, e Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina.

Essas redes de articulação regional perderam fôlego, a partir de 2003, pela “implementação de uma política governamental de descentralização que, embora bem formulada e sem contraposição aparente aos Fóruns, retirou-lhes o papel de protagonistas, diminuindo o caráter participativo da sociedade civil que lhes deu ânimo” (BIRKNER, 2008, p. 303), mais especificamente, a criação das SDRs.

3.1.2 A reforma administrativa do Estado

A 1ª reforma do Governo Luiz Henrique, já em janeiro de 2003, pela Lei Complementar nº 243, criou as bases da descentralização administrativa do Estado em Santa Catarina, com a criação das SDRs, dos CDRs e do Conselho Estadual de Desenvolvimento. No início eram 29 SDRs e 29 CDRs. A lei estabelecia uma nova estrutura administrativa do Poder Executivo, sob o objetivo de descentralizar o governo, regionalizar o desenvolvimento e municipalizar as ações (PANCERI, 2009).

O que se buscava com tais objetivos era: modernizar a gestão pública; regionalizar o desenvolvimento; democratizar e dar transparência às ações do governo; estimular e possibilitar o engajamento e participação das comunidades de cada microrregião na tomada de decisões; regionalizar o planejamento e o orçamento; reverter o processo de litoralização; diminuir desigualdades sócio-econômicas das regiões do estado; e aprimorar as organizações do território.

A descentralização foi feita através de uma reengenharia da estrutura governamental, pela criação das SDRs, tornando os municípios executores de obras delegadas ou conveniadas. Essa municipalização das atividades deixava o governo do Estado com papel de planejador e coordenador.

Em janeiro de 2005 ocorreu a 2ª reforma, pela Lei Complementar nº 284. Houve o aumento de 29 para 30 SDRs e CDRs, considerada pelo governo como o aprofundamento da descentralização. Houve o empoderamento dos CDRs, o realinhamento dos órgãos regionais de governo, e organização das ações das secretarias setoriais e regionais.

Em maio de 2007 houve então a 3ª reforma, pela Lei Complementar nº 381. O número de SDRs e CDRs subiu para 36, fato considerado pelo governo como uma maior ênfase ao aprofundamento da descentralização. As secretarias regionais passaram a atuar como agências de desenvolvimento.

Desta forma, a nova estrutura governamental de Santa Catarina está organizada em dois níveis: setorial e regional. O nível setorial é representado pelas Secretarias Setoriais, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações; já o nível regional é representado por Secretarias de Desenvolvimento Regional, Estruturas Descentralizadas das Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações

O planejamento do desenvolvimento no estado é realizado através do PPA Regional; do projeto Master Plan - Eixos de Desenvolvimento; Projeto SC 2015 – Plano Catarinense de Desenvolvimento; e Planos de Desenvolvimento Regionais (Proj. Meu Lugar - SPG/PNUD) (PANCERI, 2009).

Podemos ver um pequeno resumo da evolução do processo de descentralização proposto pelo Governo Luis Henrique no quadro, abaixo:

Data	Lei	Objetivo	N. SDRs criadas
30/1/2003	LCP- 000243	Estabelecer nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo, implantação, descentralização e regionalização da estrutura administrativa. A execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional.	29 SDRs
28/2/2005	LCP- 000284	Estabelecer um modelo de gestão para a administração pública estadual estrutura organizacional do poder executivo e reforma administrativa.	30 SDRs
7/5/2007	LCP- 000381	Estabelecer reforma administrativa na administração pública estadual em sua estrutura organizacional, secretaria executiva de gestão dos fundos estaduais.	36 SDRs

Quadro 2: Reformas Administrativas em SC (2003/2007) e Ordenamento legal das SDRs

Fonte: FILIPPIM; ABRUCIO (2008)

3.1.2.1 O *Desenvesc*

O Conselho Estadual de Desenvolvimento (DESENVESC) surgiu para ampliar a participação da sociedade catarinense nas definições estratégicas, de médio e longo prazo, para o Estado. Isto traz consistência e legitimidade ao processo de descentralização proposto pelo governo do Estado. Constitui como um órgão de consulta, integrante do Gabinete do Governador, criado pela Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 661, de 8 de setembro de 2003 (DESENVESC, 2004).

O DESENVESC é presidido pelo Governador do Estado e tem ainda, como membros natos, o vice-governador e os secretários do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Articulação Internacional e da Fazenda. Outros 36 membros são indicados para cada um dos 36 Conselhos de Desenvolvimento Regional, escolhidos entre representantes da sociedade civil. Essas pessoas, oriundas de instituições dos segmentos sociocultural, sociopolítico, socioambiental e socioeconômico, mais expressivos da região, são nomeadas por ato do governador do estado. Estão comprometidas com o desenvolvimento regional e asseguram a representatividade empresarial, dos trabalhadores, de universidades regionais e demais organismos.

A reunião de instalação e posse do DESENVESC ocorreu em 8 de setembro de 2003, na sala do Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Já a reunião ordinária do DESENVESC aconteceu dia 18 de dezembro de 2003, no Centro Administrativo do governo do Estado. Foi convocada para uma série de deliberações: análise e aprovação do Regimento Interno do Conselho, análise do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, conforme as prioridades estabelecidas no âmbito dos Conselhos de Desenvolvimento Regional e das Audiências Públicas; apresentação de informações sobre a economia catarinense e sobre a elaboração do Master Plan, com base nos planos de desenvolvimento regional, e preparação da agenda de trabalho para 2004.

São competências legais do DESENVESC (DESENVESC, 2004):

- Formular políticas estaduais de desenvolvimento econômico, emprego e renda.
- Prospectar um novo modelo de desenvolvimento para o Estado de Santa Catarina.
- Definir instrumentos de apoio à sustentabilidade e à expansão da empresa catarinense, atraindo e estimulando novos empreendimentos.
- Revitalizar as micro e pequenas empresas.
- Propor instrumentos para a organização do lazer, expandindo e qualificando a atividade turística.
- Definir programas integrados de recursos humanos, para a melhoria dos níveis educacionais e de capacitação profissional dos trabalhadores e para prevenção de doenças ocupacionais.
- Promover a capacitação tecnológica, gerencial e a formação de empreendedores.
- Promover ações em defesa da sustentabilidade ambiental.
- Propor e apoiar programas de desenvolvimento cultural.

- Incentivar a realização e organização do Congresso Estadual do Planejamento Participativo e dele participar.

3.1.3 O planejamento do desenvolvimento em Santa Catarina

O planejamento do desenvolvimento em Santa Catarina é realizado através do PPA Regional, do projeto Master Plan, do Plano Catarinense de Desenvolvimento e dos Planos de Desenvolvimento Regionais (este último realizado pelo Projeto Meu Lugar).

3.1.3.1 PPA Regional

O Plano Plurianual (PPA) é uma lei que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e para os programas de duração continuada. Com a criação das SDRs passa-se também a se executar, em Santa Catarina, um PPA regional, que em essência tem as mesmas funções, mas o loco de ação passa a ser a região de abrangência da SDR (MPOG, 2009).

O PPA é um o instrumento que coordena as ações governamentais, dando diretriz estratégica aos orçamentos anuais, ao orientar as Leis de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais, assim como os planos setoriais instituídos durante o seu período de vigência, que é de quatro anos.

Promove a articulação entre o poder executivo, a iniciativa privada e demais esferas do governo, proporcionando assim a base para a construção de ações integradas. Desta forma, permite que sejam realizados programas inter-setoriais e multi-setoriais, o que facilita a eliminação de sobreposição de esforços e gastos (MPOG, 2009).

3.1.3.2 O Projeto Master Plan

A realização do estudo denominado “Master Plan” teve como objetivo orientar as ações do governo do Estado no sentido de que fossem criadas políticas de desenvolvimento econômico. Quatro áreas foram selecionadas como prioritárias: o desenvolvimento com base na inovação; a logística; energia; e finanças. De acordo com Campos (2009), duas destas áreas tangenciam a noção de APLs, o desenvolvimento com base na inovação e a logística.

Em relação ao desenvolvimento com base na inovação, destaca-se a necessidade de aproximação entre as instituições de ensino e pesquisa com o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs), que foi apontado como prioritário e que concentra suas atividades nos municípios de Blumenau, Joinville e Florianópolis, configurando-se implicitamente como um APL.

O apoio específico à inovação deve ser enfatizado segundo as seguintes ações: ampliação substancial dos recursos destinados à área tecnológica; mudança na forma de operar o sistema de inovação catarinense, deixando de atuar de forma passiva e passando a apoiar atividades estratégicas com impactos no conjunto da economia catarinense; investimento para criação de um ambiente capaz de efetivamente atrair a empresa privada para os investimentos em P&D; uso efetivo do poder de compra do Estado como forma de apoiar iniciativas no campo de P&D; e a estruturação de um sistema de financiamento para apoio as a empresas emergentes de base tecnológica.

No tocante à logística, os projetos associados ao tema, previstos no Master Plan, teriam impacto direto nas estruturas produtivas concentradas localizadas nas proximidades. Os investimentos em eixos de transporte, voltados para o escoamento de exportações, direciona o desenvolvimento quanto aos setores a serem afetados e quanto às regiões onde se localizam. Estes eixos estão relacionados aos três maiores portos de Santa Catarina: eixo logístico do Vale do Itajaí, de Imbituba, e de São Francisco do Sul-Itapoã (CAMPOS, 2009).

3.1.3.3 O Plano Catarinense de Desenvolvimento (PCD) – 2007/2015

O Plano Catarinense de Desenvolvimento tem foco na descentralização do Estado e no desenvolvimento sustentável. Contem o planejamento de longo prazo dos procedimentos de responsabilidade do Poder Executivo, sendo dividido em quatro áreas: 1) Economia e Meio Ambiente; 2) Social; 3) Tecnologia; e 4) Política Pública. Na primeira, a principal diretriz é aumentar de forma sustentável a competitividade sistêmica do Estado. Na Social, promover a equidade entre as regiões e a inclusão social no processo de desenvolvimento. Em relação à Tecnologia, apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico como forma de promover o desenvolvimento sustentável em Santa Catarina. Na última, consolidar a gestão pública ética, baseada em resultados, e comprometida com a qualidade dos serviços e com o bem público (BELA SANTA

CATARINA, 2006).

3.1.3.4 O Projeto Meu Lugar

O Projeto Meu Lugar foi idealizado dentro da política de descentralização do Estado e envolveu a cooperação técnica internacional entre o governo de Santa Catarina e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O nome “Meu Lugar” veio com a preocupação de traduzir a identificação dos atores locais com seu território (CAMPOS, 2009).

Em sua primeira fase, o projeto aprofundou as discussões sobre conceitos, princípios e instrumentos técnicos a serem utilizados nos trabalhos de campo. Essa primeira fase contou com diversas entidades, como universidades, agências de fomento, instituições de representação etc.

O projeto traz para o centro de suas políticas o fortalecimento das identidades locais (mapeando as forças presentes e atuantes no território, reconhecendo sua cultura, seus valores e potencialidades); o capital humano (atores organizados e mobilizados na estratégia de desenvolvimento); a organização e gestão social (articulando e transformando os atores locais em capital social); e o planejamento participativo (na tentativa de descentralizar as decisões, abrindo portas para a sociedade civil) (PROJETO MEU LUGAR, 2009).

Sua metodologia de atuação foi dividida em fases de mobilização (sensibilização e comprometimento dos agentes no estabelecimento de parcerias e atuação nos espaços institucionais criados); análise participativa (busca de uma visão estratégica comum do processo de desenvolvimento); elaboração do plano (com a participação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional na elaboração do plano); gestão e implementação (com agentes e organizações podendo atuar em rede, comprometidos com a transformação do território na perspectiva do desenvolvimento sustentável); e monitoramento (PROJETO MEU LUGAR, 2009).

Ao promover a criação de alternativas de desenvolvimento baseadas em espaços locais, as ações do Projeto Meu Lugar tenderiam a diminuir desigualdades regionais apoiando, inclusive, os APLs presentes nas regiões apoiadas (CAMPOS, 2009).

O projeto deu luz a 30 Planos de Desenvolvimento Regionais, centrados na consolidação de identidades territoriais e a elaboração de diagnósticos para o alcance

dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” ⁶ (CAMPOS, 2009).

3.2 Programas e ações do governo federal em apoio aos APLs

O governo federal, principalmente no decorrer dos últimos cinco anos, tem desenvolvido uma política de estímulo aos Arranjos Produtivos Locais no país. Tal política tem produzido um importante efeito nas ações dos governos estaduais. Por este motivo apresentamos as duas principais ações do governo federal que estão condicionando as ações dos governos estaduais na realização de apoio à APLs.

Para estimular o desenvolvimento de APLs o governo federal promoveu a incorporação dos APLs no âmbito do PPA 2004-2007 e 2008-2011; e a instituição de um Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2008a).

3.2.1 Incorporação do APL no âmbito do PPA

O Programa 0419 - Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, incorporou o APL ao Plano Plurianual (PPA) através de ações constantes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) envolvendo áreas de Extensão Industrial Exportadora (PEIEx⁷), de Promoção Comercial de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, de Pesquisa de Mercado, de Processos de Qualidade em Empresas de Software e de Capacitação de Empresas de Produtos e Serviços de Software em Segmentos Emergentes (MDIC, 2008b).

⁶ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é um esforço da Organização das Nações Unidas (ONU), através da Cúpula do Milênio da ONU, em superar problemas básicos da humanidade. Os objetivos são: 1) Erradicar a pobreza extrema e a fome, 2) Atingir o ensino básico universal, 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, 4) Reduzir a mortalidade infantil, 5) Melhorar a saúde materna, 6) Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, 7) Garantir a sustentabilidade ambiental e 8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

⁷ O PEIEx é o Programa de Extensão Industrial Exportadora e consiste em resolver problemas técnico-gerenciais e tecnológicos visando aumentar a competitividade além de promover a cultura exportadora empresarial e estrutural dos APLs.

3.2.2 Instituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL)

A criação do GTP APL se deu pela Portaria Interministerial nº 200, de 02/08/2004, reeditada em 24/10/2005, 31/10/2006 e 28/04/2008. Sua justificativa é a necessidade de articulação das ações governamentais para que seja dado apoio integrado à APLs. O GTP APL é composto por 33 instituições governamentais e não governamentais⁸, possuindo uma Secretaria Técnica vinculada a estrutura organizacional do MDIC, na Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP) (FIGUEIREDO, 2009).

Essa metodologia de apoio tem como eixo principal o reconhecimento e valorização de iniciativas locais por meio de estímulos a construção de Planos de Desenvolvimento participativos que envolvam necessariamente, mas não exclusivamente, instituições locais-regionais (MDIC, 2008c).

Cada estado brasileiro possui um núcleo do GTP APL. O núcleo estadual do GTP APL, em Santa Catarina, é a Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas.

3.3 Programas e ações do governo estadual em apoio aos APLs

3.3.1 A criação da Câmara de APLs em Santa Catarina

Para congregar as entidades que coordenam ou participam de programas de

⁸ As 33 instituições são: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Integração Nacional; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério de Minas e Energia; Ministério da Educação; Ministério do Turismo; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Meio Ambiente; Movimento Brasileiro Competitivo; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Financiadora de Estudos e Projetos; Banco do Brasil; Confederação Nacional da Indústria; Banco do Nordeste; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial; Instituto de Pesquisas Tecnológicas; Caixa Econômica Federal; Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos; Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de C&T; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Instituto Euvaldo Lodi; Superintendência da Zona Franca de Manaus; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Banco Bradesco; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; e Banco da Amazônia.

desenvolvimento de APLs foi criado pelo DESENVESC a Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas através da resolução nº002 de 29 de março de 2004 que a aprova, e a resolução nº003 de 20 de fevereiro de 2008 que a institui. A câmara funciona nas instalações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável que também cede recursos humanos e físicos. Cabe ao DESENVESC o exercício da atividade de relator da câmara (SDS/SC, 2009a).

Os objetivos da Câmara são (de acordo com seu Regimento):

- a) Servir de Plataforma de Relacionamento Interinstitucional para as entidades e órgãos governamentais que atuam no apoio ao desenvolvimento de Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas;
- b) Apoiar o governo do Estado no Planejamento e Acompanhamento do desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas;
- c) Servir de elo de Articulação entre o governo do Estado, suas Secretarias Centrais e Regionais e as entidades que apóiam o desenvolvimento de Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas;
- d) Articular com os órgãos governamentais e instituições para que os programas de Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas se dêem de modo integrado e de forma bem distribuída entre as microrregiões do Estado;
- e) Manter as informações atualizadas e distribuídas sobre o andamento dos programas voltados ao desenvolvimento de Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas;
- f) Cumprir a função de núcleo estadual dos APLs perante o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais – GTP-APL do Ministério do Desenvolvimento de Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

A Câmara de APLs é constituída por 26 representantes, sendo 4 Secretarias de Estado, 4 bancos públicos, 5 instituições educacionais, 8 federações ou organismos de interesses específicos e 5 demais. Esses se reúnem, normalmente, bimestralmente para debater temas dos objetivos citados acima. As 26 instituições são:

1. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS),
2. Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR),
3. Secretaria de Estado da Administração (SEA),
4. Secretaria de Estado da Educação (SED),

5. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE),
6. Agência de Fomento de Santa Catarina (BADESC),
7. Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (FAPESC),
8. Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (MesoMercosul),
9. Federação dos Trabalhadores na Indústria de Santa Catarina (FETIESC),
10. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Desenvolvimento Rural (EPAGRI),
11. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE),
12. Instituto Euvaldo Lodi (IEL),
13. Agência do Fórum Catarinense de Desenvolvimento (FORUMCAT),
14. Federação Catarinense de Municípios (FECAM),
15. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),
16. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
17. Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE),
18. Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE),
19. Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC),
20. Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina (AMPESC),
21. Banco do Brasil S/A (BB),
22. Caixa Econômica Federal (CAIXA),
23. Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC),
24. Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP),
25. Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (FAMPESC),
26. Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC).

3.3.2 Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) foi criado por lei com a finalidade de incentivar à implantação ou expansão de empreendimentos industriais e comerciais que gerem emprego e renda para Santa Catarina. Este incentivo nada mais é que um financiamento de capital de giro, em longo prazo, e de baixíssimo custo (SDS/SC, 2009b).

O PRODEC é vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico

Sustentável, e tem como objetivo promover o desenvolvimento sócio-econômico pela concessão de financiamento e incentivo ao investimento e à operação de empresas instaladas no estado. Os agentes financeiros do PRODEC são: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC), e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). Para se enquadrar no PRODEC uma empresa deve solicitar o formulário para apresentação da Consulta Prévia e Rol de Documentos na SDR de sua região ou na própria SDS.

Os seguintes requisitos devem ser atendidos, ao menos em parte, por uma empresa que deseje ser apoiada pelo PRODEC (SDS/SC, 2009b):

I - gerem emprego e renda à sociedade catarinense;

II - incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual;

III - contribuam para o desenvolvimento sustentado do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento local e regional;

IV - sejam direcionados a obras de infra-estrutura, especialmente em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos catarinenses;

V - integrem as cadeias produtivas em nível local e regional, caracterizadas como Arranjos Produtivos Locais (APLs).

3.3.3 A Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

A Fundação de Apoio a Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC) é vinculada ao Gabinete do Governador do Estado, e tem por finalidade apoiar e fomentar a pesquisa científica e tecnológica para o avanço de diversas áreas do conhecimento. O objetivo é promover o equilíbrio regional, através do desenvolvimento sustentável (FAPESC, 2009).

As competências da FAPESC são como mostra o quadro abaixo:

I	Aplicar os recursos destinados à pesquisa científica e tecnológica nos termos do art. 193 da Constituição do Estado ⁹ , para o equilíbrio regional, para o avanço de todas as áreas do conhecimento, para o desenvolvimento sustentável e a melhoria de qualidade de vida da população catarinense, com autonomia técnico-científica, administrativa, patrimonial e financeira, conforme planejamento elaborado de forma conjunta com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI
II	planejar, elaborar, executar e avaliar planos, programas e orçamentos de apoio e fomento à ciência e tecnologia considerando a política, diretrizes e prioridades aprovadas pelo Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - CONCITI
III	apoiar a realização de estudos, a execução e divulgação de programas e projetos de pesquisa científica básica e aplicada, individuais ou institucionais e desenvolvimento de produtos e processos tecnológicos
IV	apoiar a formação e a capacitação de recursos humanos requeridos para a pesquisa científica e tecnológica, de forma regionalizada e desconcentrada
V	promover o intercâmbio e a cooperação técnico-científica regional, nacional e internacional
VI	fomentar e implementar soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação para ciência, tecnologia, inovação e Administração Pública, respeitando-se os termos do art. 193 da Constituição do Estado
VII	fomentar o desenvolvimento tecnológico das empresas catarinenses, preferencialmente em parceria com as universidades de Santa Catarina, respeitando-se os termos do art. 193 da Constituição do Estado
VIII	sugerir ao Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - CONCITI quaisquer providências que considere necessárias à realização de seus objetivos
IX	incentivar a criação e o desenvolvimento de pólos e incubadoras de base tecnológica
X	prestar, eventualmente, serviços técnicos especializados pertinentes à sua área de atuação
XI	gerenciar a rede catarinense de ciência e tecnologia
XII	definir os critérios de acompanhamento e avaliação dos projetos de pesquisas
XIII	promover, no espaço catarinense, em todos os níveis, a interação das instituições científicas, dos complexos produtivos, do governo e da sociedade
XIV	definir anualmente a alocação dos recursos orçamentários segundo as áreas prioritárias para pesquisa e demais atividades
XV	integrar, pluralista e representativamente, a sociedade catarinense de forma a assegurar a continuidade de suas ações e conquistar a credibilidade social
XVI	promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior
XVII	estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para a aquisição de material, contratação e remuneração de pessoal de caráter temporário vinculado a projetos de pesquisas e para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados
XVIII	auxiliar a formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior
XIX	emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades e que sejam solicitados por órgão oficial
XX	sugerir aos poderes competentes quaisquer providências que considere necessárias à realização de seus objetivos
XXI	custear total ou parcialmente a instalação de novas unidades de pesquisa, oficiais ou particulares
XXII	fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros que fornecer, podendo suspendê-los nos casos de inobservância às especificações estabelecidas nos projetos aprovados
XXIII	incentivar a realização de estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham por objeto a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação do processo de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como de técnicas, processos, produtos, absorção, utilização e difusão tecnológica primária ou incremental

Quadro 3: Competências da FAPESC

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da FAPESC (2009).

⁹ Art. 193. O Estado destinará à pesquisa científica e tecnológica pelo menos dois por cento de suas receitas correntes, delas excluídas as parcelas pertencentes aos municípios, destinando-se metade à pesquisa agropecuária, liberados em duodécimos.

3.3.3.1 Apoio da FAPESC aos APLs

O FAPESC possui alguns programas específicos que são por elas desenvolvidos, entre eles está o “Programa APL”. Este programa objetiva o apoio as empresas, vinculadas ou não as instituições de pesquisa e tecnologia, em suas iniciativas de desenvolvimento de tecnologias específicas (CAMPOS, 2009).

O apoio é fornecido pela aplicação de recursos financeiros em projetos de desenvolvimento tecnológico destas empresas, porém apenas as empresas selecionadas por via de edital são apoiadas. Com isso o impacto desta ação é restrito, ainda mais pelo fato de que estas empresas não necessariamente estão vinculadas a instituições de pesquisa e tecnologia, diminuindo assim ainda mais a quantidade de atores envolvidos no apoio.

O “Programa APL” não se trata, portanto, de um programa voltado para a ampliação da articulação dos atores locais, com objetivo de estimular a criação e difusão do conhecimento. É um apoio oferecido para um APL, onde as empresas participam de um “processo de seleção” pelo envio de edital. Desta maneira os benefícios ao conjunto de atores atuantes em um APL são apenas indiretos, e por isso mesmo de menor relevância.

Isso não quer dizer, todavia, que essas ações não sejam adequadas do ponto de vista do desenvolvimento do APL, quando partem de estratégias de desenvolvimento como aquelas desenvolvidas por SEBRAE-SC e IEL-SC, por exemplo. Informações colhidas no sítio da FAPESC demonstram existir quatro programas para APLs, de acordo com o quadro a seguir (CAMPOS, 2009, p. 31):

Programa	Número de projetos aprovados	Localização das firmas vencedoras dos editais segundo as SDRs*	Recursos Aplicados (R\$)
APL Suinocultura	5	Chapecó Concórdia Videira São José e Tubarão	20.709,00 120.000,00 109.000,00 108.000,00 161.000,00
APL Cerâmica Vermelha	1	Criciúma	71.350,00
APL Malacocultura	2	Itajaí e São José	167.500,00 129.004,09
APL Móveis e Madeira	4	Blumenau Mafra São José e Lages	54.100,00 12.780,30 372.039,00 39.737,70
Total	12	-	1.365.220,09

* Nota-se que não há contigüidade entre as SDRs, onde estão inseridas as firmas que tiveram projetos aprovados.

Quadro 4: Programa APLs - FAPESC

Fonte: CAMPOS (2009).

3.3.4 Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI)

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) foi criada em 1991, no âmbito de uma reforma administrativa promovida pelo governo do Estado no Serviço Público Agrícola, que resultou na fusão dos serviços de pesquisa agropecuária (até então desenvolvidos pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC)), com os serviços de extensão rural (da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC)), e ainda os serviços de extensão pesqueira (da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (ACARPESC)) (EPAGRI, 2009a).

Essa fusão de serviços em apenas uma instituição (EPAGRI) foi feita com o objetivo de racionalizar os recursos e atividades, aproximando mais os trabalhos de pesquisadores e extensionistas, em busca de reflexos positivos para o produtor rural.

A EPAGRI foi constituída como uma sociedade de economia mista, de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR), integrante da Administração Indireta do Estado de Santa Catarina. Porém a partir de 2005, foi incorporado na EPAGRI o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Instituto Cepa/SC), e transformada em empresa pública.

Seu objetivo é promover o conhecimento, tecnologia e extensão para o

desenvolvimento sustentável da agropecuária, preservando, recuperando e conservando a utilização sustentável dos recursos naturais, buscando a melhoria da competitividade da agricultura catarinense.

Sua estrutura organizacional é composta, no nível político-estratégico, pela sede administrativa (localizada na capital Florianópolis), integrada pelos órgãos deliberativos e de fiscalização, pela diretoria executiva, pelas gerências estaduais e pelas assessorias, competindo-lhes a formulação de políticas, diretrizes, estratégias e o estabelecimento de prioridades; análise da gestão econômico-financeira; coordenação, avaliação, suporte institucional e articulação interinstitucional.

No nível tático-operacional, compete às gerências regionais – compostas por escritórios municipais, às unidades de pesquisa, com seus campos experimentais, e aos centros de treinamento – o cumprimento das políticas, diretrizes, estratégias e prioridades; formulação e execução de projetos; administração dos recursos humanos, materiais e financeiros; articulação e suporte *intrarregional*; participação nos planos municipais de desenvolvimento rural e na articulação local (EPAGRI, 2009a).

Possui 27 gerências regionais distribuídas no estado, administrando, de forma direta, 293 escritórios municipais. Estas gerências regionais são órgão de representação técnico-gerencial da EPAGRI, responsáveis pela extensão rural e pesqueira visando o desenvolvimento do estado (EPAGRI, 2009b).

Também possui 14 unidades de pesquisa e 2 campos experimentais, distribuídos conforme características de solo e clima. Nessas Estações Experimentais existem 40 laboratórios para desenvolver tecnologias relacionadas à agropecuária e pesca. Possui ainda 3 unidades de beneficiamento de sementes e 12 centros de treinamento (EPAGRI, 2009b).

3.3.4.1 Apoio da EPAGRI aos APLs

A EPAGRI possui quatro macroprogramas: “Fortalecimento do capital humano e social”, “Melhoria da gestão socioambiental”, “Conservação e desenvolvimento do patrimônio genético” e “Competitividade das cadeias e arranjos produtivos” (EPAGRI, 2009c).

O macroprograma “Competitividade das cadeias e arranjos produtivos” possui os objetivos de aumentar a eficiência técnica e econômica para a melhoria da produtividade, da qualidade, além da agregação de valores e a diversificação dos

produtos nos respectivos arranjos produtivos, assim como organizar e promover as redes sócio-técnicas do meio rural e pesqueiro, através de informações de mercado e metodologias de gestão de empreendimentos.

As diretrizes técnicas do macroprograma são:

- Atuar no desenvolvimento de cadeias produtivas compatíveis com as vantagens comparativas de Santa Catarina e de interesse estratégico do Estado;
- Desenvolver e aprimorar tecnologia, de baixo impacto ambiental, para a melhoria da eficiência e a diversificação de sistemas produtivos florestais, agrícolas e aquícolas, promovendo a segurança sanitária, a qualidade dos alimentos e a segurança de trabalho da família rural e pesqueira;
- Oportunizar a identificação, adaptação e desenvolvimento tecnológico de novos produtos e processos de origem agrícola e pesqueira;
- Gerenciar e disponibilizar informações de mercado e metodologias de gestão, para o aprimoramento das atividades rurais e pesqueiras;
- Estimular as formas de agregação de valores aos produtos da agricultura familiar, através de identificação territorial, estudos de zoneamento, certificação e novas formas de acesso e construção social de mercados.

Existem três programas de ação, sendo um de produção vegetal e outro de produção animal (ambos de geração de conhecimento, tecnologia e organização para melhoria da produção), além de um terceiro de gestão de empreendimentos e construção de mercados (baseado na melhoria de cadeias e arranjos produtivos, gestão de empreendimentos e acesso a mercados) (EPAGRI, 2009c).

3.4 Outras instituições de apoio à APLs

3.4.1 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAE/SC)

O SEBRAE é uma instituição técnica de apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, e tem como foco o fomento e difusão de programas e projetos que visam à promoção e o fortalecimento de tais empresas.

Sua criação foi por lei de iniciativa do Poder Executivo, em acordo com as confederações representativas das forças produtivas nacionais, ou seja, em parceria

entre setor público e privado. Inclusive o SEBRAE é administrado principalmente pela iniciativa privada, constituindo-se em uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, descentralizada da esfera federal, mas em sintonia com as estratégias de política do setor público para atender demandas do setor privado (SEBRAE/SC, 2009a).

Buscando a missão de “desenvolver e consolidar a força empreendedora catarinense”, o SEBRAE/SC elabora projetos e desenvolve metodologias, na tentativa de contribuir com a geração de emprego e renda, além de atuar no desenvolvimento de novas empresas. O SEBRAE/SC conta com uma estrutura de atendimento com 23 pontos no Estado, privilegiando cinco áreas de atuação (SEBRAE/SC, 2009b):

1. Educação: capacitação de empresários através de *workshops*, cursos, seminários e palestras.
2. Mercado: ampliação do mercado pelo apoio às exportações, ao uso de bolsas de negócios e a criação de missões empresariais.
3. Tecnologia: apoiar o desenvolvimento tecnológico ao manter convênios com Instituições de Ensino e Pesquisa e Centros Tecnológicos, e aproximando o empresariado catarinense a estas.
4. Informação: elaboração e publicação de bancos de informações que auxiliem o empresariado na tomada de decisões.
5. Políticas Públicas: acompanhamento e monitoramento das ações do Governo em prol das pequenas e micro empresas.

O Conselho Deliberativo do SEBRAE/SC conta com 15 representantes de instituições:

- a) Seis federações patronais: Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina (FAESC), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (FECOMÉRCIO), Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina (FACISC), Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (FAMPESC) e Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL);
- b) Uma Secretaria de Estado Setorial: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS);
- c) Uma fundação de apoio ao desenvolvimento tecnológico: Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI);

- d) Três bancos públicos: Banco do Brasil (BB), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- e) Uma agência de apoio ao desenvolvimento: Agência Catarinense de Fomento S.A. (BADESC);
- f) Uma instituição de ensino técnico: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
- g) Uma universidade: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- h) E por último, o próprio Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

3.4.1.1 Apoio do SEBRAE/SC aos APLs

O SEBRAE/SC possui programa de apoio específico para APLs ao qual atribui o objetivo de que os agentes envolvidos no arranjo trabalhem em sintonia e se qualifiquem, fortalecendo assim as empresas que, articuladas em cooperação (inclusive com a presença de um comitê gestor para alcançar objetivos em comum das empresas de um arranjo), facilitam a interação com o governo e órgãos públicos, associações empresariais e de produtores, assim como com instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE/SC, 2009c).

Para iniciar o apoio a um APL é necessário que ocorra solicitação, ou das Micro e Pequenas Empresas (MPes) integrantes do APL, ou das Associações Empresariais correspondentes, ou ainda por instituições de fomento governamental e não-governamental assim como o Poder Público. As ações de apoio a um APL duram entre 2 e 4 anos, variando de acordo com a realidade do arranjo.

Para o SEBRAE um APL deve possuir pelo menos vinte empresas vinculadas a uma mesma cadeia produtiva, empregando no mínimo cem pessoas nestas empresas, tendo o produto final com características mínimas de homogeneidade e voltado ou para a exportação ou para a substituição de importações. Para a formação do mesmo é necessário que haja três fatores: governança; identidade territorial; e interação e cooperação.

Em seguida há à criação de um projeto piloto que visa um conjunto de ações de curto prazo com o objetivo de consolidar parcerias com as empresas e demais atores presentes na região do APL.

O projeto piloto deverá contemplar, além dos mecanismos de treinamentos e consultorias, a realização de ações e eventos que gerem impacto imediato como: estabelecer indicadores de satisfação dos clientes, medir a produtividade das Micro e Pequenas Empresas, promover rodadas de negócios com compradores potenciais domésticos e estrangeiros, promover visitas técnicas e organizar missões para prospecção de mercado e tecnologia. (SEBRAE/SC, 2009c).

Ao medir a produtividade das empresas do APL, fazendo um Diagnóstico de Competitividade do APL através da coleta de dados e informações, possibilita-se elaborar um Plano de Ações. Tal plano irá definir os principais elementos estratégicos presentes no setor de atuação do APL, visando o aumento da competitividade das empresas que nele se encontram.

O SEBRAE/SC trabalha no apoio aos APLs em parceria com o governo do Estado, Associações de Produtores, Sindicatos de Trabalhadores, Prefeituras Municipais, Órgãos Públicos, Associações Empresariais e Instituições de Crédito, de Ensino e de Pesquisa. As instituições estaduais com maior participação nos projetos do SEBRAE são o BADESC, a FAPESC, o SENAI, as SDRs e em menor medida a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) (SEBRAE/SC, 2009c).

Essa atuação em parceria, ao mesmo tempo em que dilui os riscos associados ao apoio, estimula a participação de outros atores locais. Em 2008, por exemplo, o SEBRAE/SC destinou em torno de R\$ 10 milhões ao apoio de APLs, sendo que este valor é cerca de 50% do valor total destinado ao projeto enquanto o restante é destinado pelas demais instituições envolvidas e, inclusive, pelas próprias empresas pertencentes ao APL. Além disso, as instituições parceiras contribuem de outras formas, como a disponibilização de técnicos, o custeio de deslocamento até a região, a gestão dos recursos e das ações etc. Deste modo a projeção feita pelo SEBRAE/SC é que a cada 1 real investido em um projeto, outros 3 ou 4 reais sejam incluídos como contrapartida (CAMPOS, 2009).

A diminuição dos riscos associados ao apoio também tem outro motivo, todo o processo de apoio a um projeto de APL é fiscalizado por uma empresa terceirizada contratada por licitação. Esta empresa terceirizada deve também, a cada 6 meses, realizar um diagnóstico sobre a satisfação dos agentes envolvidos no projeto. Segundo o SEBRAE/SC, as ações previstas nos projetos são efetivamente realizadas em 90% dos casos, possivelmente reflexo de toda esta organização (CAMPOS, 2009).

Os benefícios de participar de um APL apoiado pelo SEBRAE, de acordo com o mesmo, são, para as empresas, o aumento da competitividade, a elevação do patamar tecnológico e gerencial, a busca por novos mercados, uma maior sinergia entre as empresas do setor, a troca de experiências com outros empresários e a melhora da qualidade de produtos e serviços. Já para o local, os benefícios são: o aumento de perspectivas para a população local; o uso das vocações do território; uma maior sinergia entre diversas instituições locais; uma melhora na economia local; a difusão do conhecimento; a promoção do território permitindo o desenvolvimento de outros setores da economia; além do fortalecimento das entidades empresariais (SEBRAE/SC, 2009c).

A partir desta descrição sobre as atividades do SEBRAE/SC, é possível perceber que existem ações políticas para APL que são capazes de estimular interações e vínculos cooperativos com foco na ampliação da competitividade, inclusive pelo curso do desenvolvimento tecnológico. Essas ações estão amplamente adequadas à perspectiva de APLs por envolver atores locais nas etapas de implementação e coordenação das atividades, o que amplia a possibilidade de sucesso na medida em que estimula a confiança e comprometimento dos atores locais com objetivos comuns, mostrando a eficácia das intervenções baseadas no conceito de APL utilizado.

3.4.2 Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC)

O Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina (IEL/SC) é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1969 pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), pelo Departamento Regional de Santa Catarina do Serviço Social da Indústria (SESI/SC) e pelo Departamento Regional do Estado de Santa Catarina do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC) (IEL/SC, 2009a).

Atualmente o IEL/SC é a entidade do Sistema FIESC que é responsável pela articulação entre o setor produtivo, os agentes de fomento e as instituições de ensino e pesquisa. Buscando o desenvolvimento sustentável da indústria catarinense, o IEL/SC promove o aperfeiçoamento da gestão e da capacitação empresarial, estabelece parcerias e faz com que as inovações desenvolvidas nas instituições de ensino e pesquisa encontrem formas de viabilização nas indústrias, proporcionando ganhos em qualidade, sustentabilidade e produtividade (IEL/SC, 2009a)

Entre os programas voltados aos esforços de ampliação da capacidade inovadora, destaca-se o Programa de Qualificação dos Fornecedores (PQF), o Programa de Elaboração de Projetos de Inovação (PEPI) e o Programa de *Benchmarking* Industrial (PBI) (CAMPOS, 2009).

A principal fonte de recursos para a manutenção das atividades do IEL/SC provém dos seus criadores, que destinam até 2% de suas receitas institucionais, e também a aplicação em fundos de incentivos públicos e privados em pesquisas e projetos de interesse sócio-econômico (IEL/SC, 2009a).

O IEL/SC possui escritórios de atendimento em 10 regiões do estado, tendo sua sede e estrutura administrativa na capital Florianópolis. A administração central é composta por representantes de diversos ramos da atividade industrial do estado, mas também por representantes institucionais (IEL/SC, 2009b):

- Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE),
- Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC),
- Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE/SC),
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),
- Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras (Fundação CERTI),
- Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC),
- Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Sistema ACADE).

3.4.2.1 Apoio do IEL/SC aos APLs

O IEL/SC tem atuação em APLs como parte de sua missão em contribuir com o desenvolvimento sustentável da indústria catarinense, através de melhoramentos na gestão e capacitação empresarial, no apoio à inovação, e na interação entre instituições de ensino/pesquisa e empresas (CAMPOS, 2009).

Por possuir uma estratégia de atuação que prevê a estruturação e recuperação dos vínculos entre os atores locais, com participação de instituições representativas de classe e instituições de ensino e pesquisa é que se dá o apoio, na criação de condições para o melhoramento dos vínculos entre políticas para APLs de terceiros – sejam eles federais, estaduais, locais, públicas ou privadas – e as demandas de agentes locais organizados. Não há um programa específico do IEL/SC para o desenvolvimento de

APLs, o que ocorre é a elaboração e gerenciamento de projetos baseados em demandas locais que possam ser adequados em programas de outras instituições que apoiem APLs.

Como parte dos esforços, destaca-se o estímulo à participação em fóruns de debate e a estruturação de organizações capazes de diagnosticar constantemente as demandas locais. Ao promover a instituição destas estruturas, o IEL/SC constitui formas de governança de APL, e o resultado é que as demandas locais surjam destas estruturas. Há, no entanto, dois critérios complementares que são determinantes para que o IEL/SC selecione um APL para ser apoiado: deve haver um diagnóstico sobre a situação produtiva, tecnológica e social da indústria no estado, baseado em indicadores analisados pelo IEL/SC; e a capacidade de organização dos atores locais em torno do desenvolvimento de atividades visando objetivos comuns.

O IEL/SC apóia apenas seis APLs, o que sugere que exista uma preferência por APLs mais estruturados, contribuindo para esta noção o fato de que o apoio dado pelo IEL/SC é direcionado para as atividades mais desenvolvidas em suas regiões.

A formalização de um projeto e a busca por recursos para sua implantação é uma das atribuições do IEL/SC, que atua nesse sentido próximo ao SEBRAE/SC, na busca pela adequação de programas e políticas de instituições diversas as demandas dos atores locais (CAMPOS, 2009).

3.5 Considerações finais

É importante perceber como ocorre a articulação do processo de descentralização atualmente, e como esse processo interage com o apoio aos APLs em Santa Catarina. Podemos visualizar o DESENVESC como uma instituição que faz a ligação entre estas duas variáveis, de um lado a descentralização, com os CDRs que estão a ele subordinados, e do outro o apoio à APLs, com a Câmara de APLs que está a ele também vinculado.

Lembrando que o planejamento do desenvolvimento é realizado através do PPA regional, do Master Plan, do PCD e do Projeto Meu Lugar, percebemos a continuidade da relação entre essas duas políticas promovidas pelo Estado (descentralização e apoio à APLs). O PPA foi descentralizado de acordo com as regiões das SDRs, e possui, como tema incorporado, os APLs. O Master Plan é um plano de desenvolvimento, que atuando em determinados setores e áreas tangencia a noção de APLs. O PCD, que tem

foco na descentralização e desenvolvimento regional, possui como área de atuação o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, que é um dos elementos típicos da composição de um APL. E por fim, o Projeto Meu Lugar, que tem caráter descentralizando, possui também noção da importância da atuação conjunta de agentes e instituições para o desenvolvimento regional, que é também uma noção válida para o desenvolvimento de APLs.

Segue no próximo capítulo a caracterização das SDRs e como elas contribuem para a realização das políticas de promoção do desenvolvimento regional, e seu papel nas políticas de estímulo aos APLs realizadas pelos demais órgãos estaduais.

4 AS SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA

Neste capítulo são discutidas as SDRs. Foi feito um rápido mapeamento de suas sedes pelo estado, assim como seus municípios de abrangência. Foram também definidas as suas funções, assim como as dos CDRs que as regem.

Por fim uma discussão sobre seu papel central, o de descentralizar as funções do governo do Estado de Santa Catarina.

4.1 Mapeamento das 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina

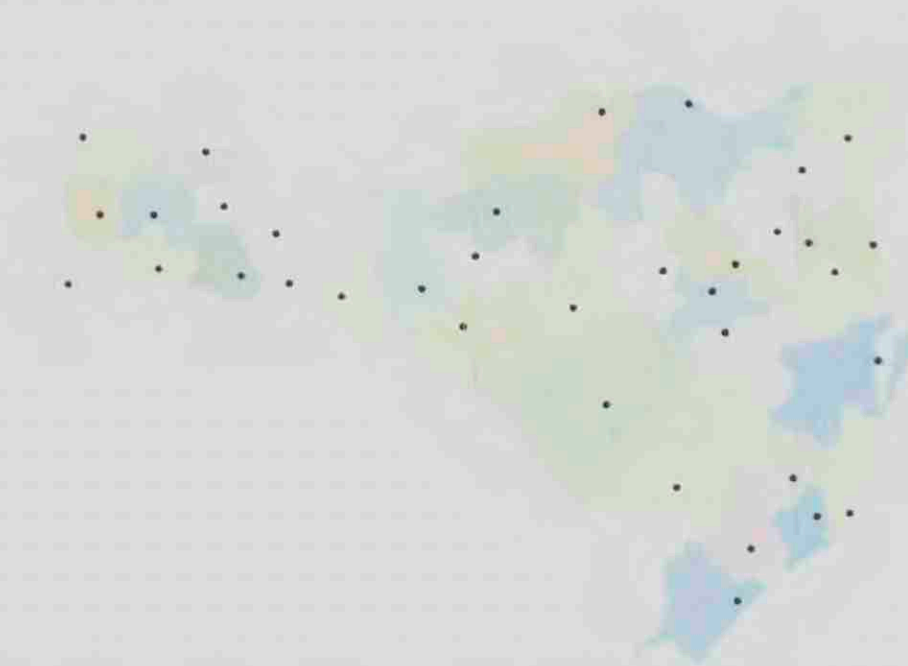


Figura 1: Mapa de Santa Catarina dividido conforme suas SDRs
Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina (2009)

SDR – Município sede da regional	Municípios de abrangência da SDR
SDR - Araranguá	Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivotas, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo
SDR - Blumenau	Gaspar, Pomerode, Luiz Alves e Ilhota
SDR - Braço do Norte	Armazém, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho
SDR - Brusque	Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas
SDR - Caçador	Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande
SDR - Campos Novos	Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Ibiam, Monte Carlo, Vargem e Zortéa
SDR - Canoinhas	Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras
SDR - Chapecó	Águas Frias, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Planalto Alegre, Serra Alta e Sul Brasil
SDR - Concórdia	Alto Bela Vista, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castello Branco
SDR - Criciúma	Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga
SDR - Curitibanos	Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul
SDR - Dionísio Cerqueira	Anchieta, Guarujá do Sul, Palma Sola, Princesa e São José do Cedro
SDR - Grande Florianópolis*	Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e São José.
SDR - Ibirama	Apiúna, Dona Emma, José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles e Witmarsum
SDR - Itajaí	Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Piçarras e Porto Belo
SDR - Itapiranga	Iporã do Oeste, Santa Helena, São João do Oeste e Tunápolis
SDR - Ituporanga	Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos
SDR - Jaraguá do Sul	Corupá, Guaramirim, Massaranduba e Schroeder
SDR - Joaçaba	Água Doce, Capinzal, Catandúvas, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tílias e Vargem Bonita
SDR - Joinville	Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú
SDR - Lages	Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta e São José do Cerrito
SDR - Laguna	Garopaba, Imaruí, Imbituba e Paulo Lopes

Continua...

SDR – Município sede da regional	Municípios de abrangência da SDR
SDR - Mafra	Campo Alegre, Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul
SDR - Maravilha	Saudades, Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Iraceminha, Modelo, Pinhalzinho, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, e Tigrinhos.
SDR - Palmitos	Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondai, Riqueza e São Carlos
SDR - Quilombo	Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, Santiago do Sul e União do Oeste
SDR - Rio do Sul	Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste e Trombudo Central
SDR - São Joaquim	Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Urupema
SDR - São Lourenço D'Oeste	Campo Erê, Coronel Martins, Galvão, Jupia, Novo Horizonte e São Bernardino
SDR - São Miguel D'Oeste	Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba e Paraíso
SDR - Seara	Seara, Arabutã, Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindóia do Sul, Paial e Xavantina
SDR - Taió	Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha
SDR - Timbó	Ascurra, Benedito Novo, Doutor Pedrinho, Indaial, Rio dos Cedros e Rodeio
SDR - Tubarão	Capivari de Baixo, Gravatal, Jaguaruna, Pedras Grandes, Sangão e Treze de Maio
SDR - Videira	Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Tangará
SDR - Xanxerê	Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuçu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão e Xaxim

*A sede da SDR da Grande Florianópolis fica em São José.

Quadro 5: Municípios de abrangência das SDRs em Santa Catarina

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Governo do Estado de Santa Catarina (2009).

4.2 O papel das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e os Conselhos De Desenvolvimento Regional

As SDRs foram criadas para descentralizar a estrutura do governo do Estado, além de promover o desenvolvimento de sua região de atuação. Além disso, a reforma administrativa dividiu a estrutura do governo em dois níveis, setorial e regional (FILIPPIM ; ABRUCIO, 2008).

Enquanto o nível setorial do governo é responsável por planejar e normatizar as políticas públicas do estado específicas a sua área de atuação, além de supervisionar, coordenar, orientar e controlar - de forma articulada com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional - essas políticas; o nível regional do governo executa,

supervisiona, coordena, orienta e controla - de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais e as estruturas descentralizadas da administração indireta - as políticas públicas do Estado (PANCERI, 2009).

O papel das Secretarias Setoriais é o de garantir as obrigações constitucionais, implementar as políticas de Estado e dar apoio técnico às SDRs. Já as Secretarias Regionais tem de articular a transformação da região em territórios de desenvolvimento sustentável e de bem-estar social; motivar o desenvolvimento econômico e social, enfatizando o planejamento, o fomento e a geração de emprego e renda; induzir o engajamento, integração e participação da sociedade civil organizada; colaborar com a sistematização das propostas dos programas governamentais, dos planos e orçamentos estaduais; e promover o planejamento para o desenvolvimento sustentável das áreas de seu espaço regional. Estas devem ainda representar o governo do Estado; elaborar o Plano de Desenvolvimento Regional de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais; articular as suas ações com os diversos setores da Administração Pública Estadual; executar os programas e ações governamentais descentralizados das Secretarias de Estado Setoriais; executar obras e serviços públicos na região de abrangência, ou coordenar a sua execução; realizar reuniões periódicas com o Conselho de Desenvolvimento Regional para propor, planejar e deliberar assuntos de interesse da região.

Existem quatro diferentes portes de SDR, sendo as de Porte I as mais completas e as de Porte IV as mais reduzidas como ilustrado abaixo:



Organograma Secretarias de Desenvolvimento Regional Grande Florianópolis - Joinville



Figura 2: Porte I
Fonte: PANCERI (2009)



Organograma Secretarias de Desenvolvimento Regional Blumenau - Chapecó - Criciúma - Itajaí - Lages



Figura 3: Porte II
Fonte: PANCERI (2009)



Organograma

Secretarias de Desenvolvimento Regional
Araranguá - Brusque - Caçador - Campos Novos - Canoinhas -
Concórdia - Curitibanos - Jaraguá do Sul - Joaçaba - Laguna - Mafra -
Rio do Sul - São Miguel do Oeste - Tubarão - Videira - Xanxerê



Figura 4: Porte III
Fonte: PANCERI (2009)



Organograma

Secretarias de Desenvolvimento Regional
Braço do Norte - Dionísio Cerqueira - Ibirama - Itapiranga - Ituporanga -
Maravilha - Palmitos - Quilombo - São Joaquim - São Lourenço do Oeste -
Seara - Taió - Timbó



Figura 5: Porte IV
Elaboração e Fonte: PANCERI (2009)

Os CDRs têm como atribuições: atuar como fórum permanente da sociedade civil e poder público local; identificar as potencialidades e vocações da região; planejar e formular políticas de desenvolvimento a médio e longo prazo; fomentar e apoiar a cooperação público-privado, viabilizando o pacto regional para o desenvolvimento; discutir, propor, deliberar e acompanhar as propostas do PPA e do Orçamento do Estado na região; formular e dar as diretrizes para as Secretarias de Desenvolvimento Regional; e ter caráter consultivo e deliberativo que assegure livre participação da sociedade organizada.

Os CDRs são constituídos por prefeitos, presidentes das Câmaras de Vereadores e dois representantes da sociedade civil organizada de cada município de abrangência da SDR em questão, e presidido pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional. Há também os assentos sem direito a voto, dados a representantes de órgãos federais, estaduais e segmentos da sociedade civil organizada na região. As reuniões ordinárias do CDR ocorrem a cada 30 dias em sistema de rodízio do município no que diz respeito ao local onde a reunião ocorrerá (PANCERI, 2009).

Os Conselhos são órgãos de aconselhamento, orientação, formulação (das normas) e proposição das diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades das Secretarias. Os Conselhos de Desenvolvimento Regional estão subordinados ao Conselho Estadual de Desenvolvimento – DESENVESC, que é presidido pelo governador (FILIPPIM ; ABRUCIO, 2008, p. 13).

4.2.1 As Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional como descentralizadora ou desconcentradora de poder pelo Estado

A experiência catarinense de descentralização do governo do Estado é, de fato, uma descentralização para o desenvolvimento, tal como propagada pelos seus promotores, ou apenas se produziu uma desconcentração administrativa que fragilizou as redes de articulação regionais pré-existentes no estado?

Primeiramente é importante entender o que seria descentralização e o que seria desconcentração administrativa. A idéia de descentralização como visto na literatura “favorece a aproximação do governo com o cidadão; contribui para a preservação de identidades locais; fomenta o surgimento de parcerias, ações integradas e articulação de atores; propicia ao cidadão maior participação decisória e maior controle das ações dos governos” (FILIPPIM ; ABRUCIO, 2008, p. 4), ou seja, a descentralização do poder do Estado é um processo político de autonomia fiscal, autonomia de gestão de políticas e

autonomia de decisão para as diferentes regiões, e não apenas uma delegação de funções administrativas.

Se, num modelo integrador de desenvolvimento regional, planejamento e ação são realizados tendo como base uma visão sistêmica, partindo dos problemas concretos, articulando redes e atores, considerando as implicações das ações atuais para o futuro que se quer construir e privilegiando a participação, por sua vez a descentralização passa a ser uma estratégia que tem como fim a pactuação de atores, favorecendo a aproximação governo e cidadão e, a este último, prestando contas e apresentando resultados. Nesta perspectiva, uma descentralização que tenha como foco o desenvolvimento propicia a emancipação das populações locais por meio da interlocução e do controle social (FILIPPIM ; ABRUCIO, 2008, p. 4).

A desconcentração administrativa do Estado, por sua vez, seria o mero repasse de funções do governo central aos governos locais, sem a garantia das autonomias citadas anteriormente (autonomia fiscal, autonomia de gestão de políticas e autonomia de decisão), ou seja, não há redistribuição do poder, apenas delegação de competências sem o deslocamento do poder decisório.

Filippim e Abrucio (2008) questionam que existe um distanciamento entre sociedade civil e SDRs, ou seja, as SDRs teriam uma conotação mais política que social. Esse distanciamento entre Estado e cidadão fere um dos objetivos básicos da descentralização apontados na literatura. Para justificar essa conotação política das SDRs, os autores destacam que todos os cargos nas SDRs são de livre nomeação e:

Ao analisar a variável da carreira partidária dos Secretários indicados pelo governador, observa-se que dos 36 Secretários, 24 são filiados ao PMDB, 07 são filiados ao PSDB e 05 são filiados ao DEM (antigo PFL), justamente os partidos da coalizão dominante (FILIPPIM ; ABRUCIO, 2008, p. 11).

Porém, para Birkner (2008), a dinâmica da descentralização em curso, embora tenha realmente falhas no que diz respeito à interação entre Estado e cidadão, é bem formulada e está em evolução. Para o autor o pecado político da criação das SDRs foi menosprezar uma iniciativa de descentralização que já se encontrava em curso, e que era protagonizada parcialmente pela sociedade civil (como já foi abordado em “um breve histórico do processo, no capítulo 3 deste trabalho), mas que isso não deveria impedir re-ajustes que estão em curso, permitindo ajustamentos que promovam maior sinergia entre governo e sociedade.

Importante também, para entender se o processo em curso é de descentralização ou descontração, é saber que as SDRs são percebidas como uma secretaria como outra qualquer, servindo apenas de mais um estágio do governo, ou seja, apontando para um

processo de desconcentração, e não descentralização. Enquanto a presença das SDRs nas regiões aponta para um processo de descentralização, os recursos não estão efetivamente descentralizados, pois as SDRs dependem sempre das decisões da Secretaria Central ou do próprio governador (FILIPPIM ; ABRUCIO, 2008).

Por outro lado, o objetivo proposto pelo governo, de se aproximar das demais regiões que não a litorânea, vem sendo alcançado, através de repasse de recursos, capacitação e cedência de servidores e repasse de informações. Os resultados das SDRs são percebidos, em grande parte, em obras físicas como construção de centros de eventos e ginásios de esportes, pavimentação de estradas, reforma de escolas, destinação de recursos para hospitais e para realização de eventos (feiras, exposições etc.). Os projetos municipais não mais precisam ser apresentados ao Governo Central, e sim às SDRs, e são nas SDRs que se discutem quais são prioritários (FILIPPIM ; ABRUCIO, 2008).

4.3 Considerações finais

No processo de descentralização administrativa do Estado houve uma divisão em dois níveis: setorial e regional. As SDRs, sendo o principal instrumento de descentralização, são as principais responsáveis pelo nível regional da administração, possuindo o objetivo de coordenar e executar as políticas públicas, formuladas pelas Secretarias Setoriais (sendo essas as principais responsáveis pelo nível setorial da administração).

Sendo as SDRs coordenadas pelo CDR de sua região, que é, por sua vez, subordinado ao DESENVESC, pode-se concluir que as SDRs também são subordinadas a esta mesma instituição, lembrando que o DESENVESC é o órgão identificado neste trabalho como o articulador de políticas de descentralização e políticas de promoção de APLs.

Como as SDRs possuem função de integrar a participação da sociedade civil e sistematizar as propostas dos programas governamentais, é provável que as SDRs tenham uma articulação com instituições como SEBRAE, IEL, EPAGRI, FAPESC, e programas como o PRODEC. Inclusive é possível encontrar projetos de apoio à APLs realizado pelo SEBRAE que contam com a parceria das SDRs, assim como encontrar projetos do PRODEC sendo conduzidos em SDRs.

Desta forma percebe-se que há uma articulação, mesmo que incipiente, entre diversas instituições, órgãos e programas que objetivam tanto a descentralização do Estado como o apoio aos APLs.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: APLs E PLANEJAMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA

Como foi possível perceber com este trabalho, descentralizar a administração do Estado e fomentar Arranjos Produtivos Locais é bastante vantajoso. A descentralização do Estado não é necessária em todos os casos, mas em um país com as dimensões do Brasil, em que um estado como Santa Catarina possui dimensões de um país como a Hungria, descentralizar parece ser realmente vantajoso.

Os APLs são elementos estratégicos no processo de desenvolvimento regional ao mobilizar atores coletivos de uma mesma região. Lembrando que, se políticas públicas de desenvolvimento regional são o eixo orientador de promoção social econômica, e que políticas de fomento empresarial são mais bem sucedidas se voltadas para grupos de empresas, então faz sentido que os APLs sejam alvo de políticas públicas que se voltem para o desenvolvimento regional.

Vale relemburar, também, que os benefícios do APL não se resumem aos atores ligados à produção, também ajudam a alavancar os indicadores sócio-econômicos da região em que se localizam, já que, ao constituir toda uma cadeia produtiva regional são criados empregos que geram renda para toda a região.

É importante associar o processo de descentralização em Santa Catarina à promoção de Arranjos Produtivos Locais pelo seguinte motivo: a instituição das SDRs procura dar conta da diminuição das desigualdades regionais presentes no estado, ao apontar para o desenvolvimento de cada uma das regiões. Nesse sentido, o trabalho procurou mostrar que políticas capazes de promover APLs estão em linha com essa perspectiva de governo.

Os esforços de agentes do governo do Estado em criar a Câmara de APLs – vinculada ao DESENVESC que subordina os CDRs das SDRs, talvez seja a principal ação em linha com a noção da relevância dos apoios à APLs. A Câmara de APLs em Santa Catarina é justamente o esforço do governo do Estado catarinense em aproveitar as articulações do governo federal para apoio aos APLs, com a criação do GTP APL. Essa articulação entre o processo de descentralização e o apoio aos APLs parece estar ligada ao DESENVESC, porém o que percebemos é que jamais houve a intenção do Estado em fazer do DESENVESC um órgão com tal importância, e que, portanto esta

articulação se deu ao acaso.

Essa articulação entre o processo de descentralização e a promoção de APLs é percebida também no planejamento do desenvolvimento, que é realizado em Santa Catarina através do PPA regional, do Master Plan, do PCD e do Projeto Meu Lugar. O PPA foi descentralizado de acordo com as regiões das SDRs, e possui, como tema incorporado, os APLs. O Master Plan é um plano de desenvolvimento, que atuando em determinados setores e áreas tangencia a noção de APLs. O PCD, que tem foco na descentralização e desenvolvimento regional, possui como área de atuação o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, que é um dos elementos típicos da composição de um APL. E por fim, o Projeto Meu Lugar, que tem caráter descentralizando, possui também noção da importância da atuação conjunta de agentes e instituições para o desenvolvimento regional, que é também uma noção válida para o desenvolvimento de APLs. Porém, mais uma vez, essa articulação entre os dois pontos apresentados aconteceram ao acaso. Não houve um planejamento estratégico definido para criar um arranjo institucional que promovesse tal articulação.

Não menos importante também para a promoção de APLs é se aproveitar do apoio oferecido por instituições como SEBRAE/SC, IEL/SC, FAPESC e EPAGRI, assim como pelo PRODEC. Ou seja, existe todo um arranjo institucional para o apoio de arranjos produtivos localizados nas mais diversas regiões do estado. Como as SDRs possuem função de integrar a participação da sociedade civil e sistematizar as propostas dos programas governamentais, é provável que as SDRs tenham uma articulação com estas instituições, inclusive é possível encontrar projetos de apoio à APLs realizado pelo SEBRAE/SC que contam com a parceria das SDRs, assim como encontrar projetos do PRODEC sendo conduzidos em SDRs. Só que mais uma vez, isso se deu ao acaso. Não está institucionalizado nas SDRs que deva haver um apoio à APLs e nem que elas devam agir em conjunto com o SEBRAE/SC.

Quanto ao SEBRAE/SC, mais especificamente, é possível perceber as ações promovidas por este são capazes de estimular interações e vínculos cooperativos com foco na ampliação da competitividade, inclusive pelo curso do desenvolvimento tecnológico. Essas ações estão amplamente adequadas à perspectiva de APLs por envolver atores locais nas etapas de implementação e coordenação das atividades, o que amplia a possibilidade de sucesso na medida em que estimula a confiança e comprometimento dos atores locais com objetivos comuns, mostrando a eficácia das

intervenções baseadas no conceito de APL utilizado. Percebemos também que o IEL/SC se aproveita bastante das organizações do SEBRAE/SC para apoiar APLs.

Também, neste trabalho, encontramos uma rápida discussão sobre as SDRs estarem de fato descentralizando, ou apenas desconcentrando a administração do Estado. A pesquisa realizada para este trabalho aponta a descentralização administrativa, que tem nas SDRs seu principal instrumento, um processo em curso ainda não finalizado. Isso não quer dizer que não se deva melhorar a estrutura das SDRs, mesmo porque a promessa do governo do Estado é que cada vez mais será requerido que os membros das SDRs tenham formação superior voltada para o desenvolvimento regional.

As SDRs vêm cumprindo o papel de interlocutora entre todos os agentes de determinada região, acelerando o atendimento das demandas locais, e com isso, provavelmente, fazendo com que os recursos voltados para programas pró APLs cheguem mais rapidamente e com mais eficácia ao seu destino, principalmente pelo fato dessa interlocução estar localizada na própria região, ao contrário de centralizada na capital do estado.

Ainda, conforme percebido por Filippim e Abrucio (2008) sobre as funções que as SDRs vêm exercendo, podemos citar sua participação na elaboração do orçamento e do PPA pertinente à sua região. Relativo ao orçamento, o CDR faz um levantamento das necessidades da região, define as prioridades e as encaminha ao governo do Estado, que por sua vez define se essas necessidades serão incluídas ou não no orçamento. Já o PPA da região é realizado pelos gerentes das SDRs, das autarquias da região e das Secretarias Setoriais. As SDRs decidem sobre aplicação de despesas fixas, e sobre investimentos (estes dentro de percentual orçamentário definido pelo governo central e obedecendo as fontes de recursos pré-estipuladas).

Percebeu-se então que as SDRs são parte de um arranjo institucional do governo do Estado, voltada para ações descentralizantes (entre as quais podem ser incluídas políticas para APLs), em sintonia com o desenvolvimento regional e os APLs. Por mais que este entrelaçamento de ações e instituições tenham ocorrido ao acaso, e que ainda sejam incipientes, sua atuação é benéfica. Porém, as SDRs não possuem um apoio aos APLs de forma institucionalizada, por isso mesmo as recomendações que são possíveis de serem feitas são:

1. Deve-se aprofundar, de forma estratégica, o entrelaçamento entre o arranjo institucional formado em torno do processo de descentralização e apoio

aos APLs para que as ações das instituições possam ser conjuntas e/ou complementares, sem que haja sobreposição de ações, o que é um desperdício de recursos.

2. Deve-se institucionalizar o apoio à APLs dentro das SDRs para que a interação entre esta, a Câmara de APLs, programas do Estado (como o PRODEC), e demais instituições (IEL/SC, SEBRAE/SC) sejam ainda mais efetivas.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Manuel. Metodologia vai mapear Arranjos Produtivos Locais. **Jornal da Unicamp**, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 19 jul. 2004. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/jornalPDF/ju259pag09.pdf. Acesso em: 25 nov. 2008.

BELA SANTA CATARINA – Portal de turismo e negócios de Santa Catarina. **Governo lança o Plano Catarinense de Desenvolvimento - 2007/2015**. Santa Catarina, 18 mai. 2006. Disponível em: <http://www.belasantacatarina.com.br/noticias/2006/05/18/Governo-lanca-o-Plano-Catarinense-de-Desenvolvimento---2007-2015-1654.html>. Acesso em: 8 nov. 2009.

BIRKNER, Walter Marcos Knaesel. Desenvolvimento regional e descentralização político-administrativa: um estudo comparativo dos casos de Minas Gerais, Ceará e Santa Catarina. In. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30. Curitiba, jun. 2008, p. 397-311. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/18.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2008.

CAMPOS, Renato Ramos (Coord.). Os arranjos produtivos locais no Estado de Santa Catarina: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. In.: **Primeiro Relatório da Pesquisa “Análise do Mapeamento e das Políticas Para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”**. Florianópolis: UFSC, 2009, 59 p. (Convênio/Contrato FEPESE-BNDES nº 08.2.0797.1. Equipe técnica: Renato Ramos Campos, Pablo Felipe Bittencourt, Valdir Alvim da Silva, Moisés Spilere, Thiago de Aguiar Netto, Carolina Faraco Santolin).

CARVALHO JR, Luiz Carlos de; CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz ; SEABRA, Fernando. **Pólos Industriais do Sul do Brasil: Experiência de Competitividade e Empreendedorismo**. Parte I. Florianópolis: UFSC, 2007.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. . O foco em Arranjos Produtivos Locais de micro e pequenas empresas. In: Helena M. M. Lastres, José E Cassiolato e Maria L. Maciel. (Org.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, v. , p. 21-34.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M.; Aglomerações geográficas e sistemas produtivos e de inovação. In.: **Nota técnica do Projeto Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas Brasileiras**. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos Locais. Rio de Janeiro :IE/UFRJ, 2003.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO. **Desenvesc**. Santa Catarina, 2004. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/planejamento/mensagem2004/pdf/desen.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

DOLOREUX, D. What we should know about regional systems of innovation. **Technology in Society**, v. 24, n. 3, ago. 2002, p.243-263. Disponível em: http://www.sciencedirect.com/science?_ob=MIimg&_imagekey=B6V80-46PBT1H-5-1&_cdi=5856&_user=687353&_orig=search&_coverDate=08%2F31%2F2002&_sk=99759996&_view=c&_wchp=dGLbVtz-zSkzV&_md5=fb0a199c3e12e93f62db3721f66d744b&_ie=/sdarticle.pdf. Acesso em: 11 abr. 2009.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Epagri**. Santa Catarina, 2009a. Disponível em: http://www.epagri.rct-sc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=55. Acesso em: 5 nov. 2009.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Estrutura administrativa**. Santa Catarina, 2009b. Disponível em: http://www.epagri.rct-sc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=185&Itemid=57. Acesso em: 5 nov. 2009.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Macroprogramas**. Santa Catarina, 2009c. Disponível em: http://www.epagri.rct-sc.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=67&Itemid=58. Acesso em: 5 nov. 2009.

FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Fapesc**. Santa Catarina 2009. Disponível em: <http://www.fapesc.rct-sc.br/>. Acesso em: 4 nov. 2009.

FIGUEIREDO, Leonardo Alves. **APLs como Instrumento para o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Recife, 16 jun. 2009. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/onhecimento/seminario/apoio_apl7.pdf. Acesso em: 19 set. 2009.

FILIPPIM, Eliane Salette; ABRUCIO, Fernando Luiz. **Quando Descentralizar é Concentrar Poder: a Experiência de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Governo do Estado de Santa Catarina**. Santa Catarina, 2009. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/>. Acesso em: 2 dez. 2009.

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA. **Administração**. Santa Catarina, 2009b. Disponível em: <http://www.ielsc.org.br/web/pt/info/administra-ao>. Acesso em: 4 nov. 2009.

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA. **Histórico**. Santa Catarina, 2009a. Disponível em: <http://www.ielsc.org.br/web/pt/info/historico>. Acesso em: 4 nov. 2009.

LASTRES, H.M.M.; CASSIOLATO, José Eduardo; CAMPOS, R. R.. Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais: Vantagens do enfoque. In: Helena M.M.Lastres ; José E. Cassiolato. (Org.). **Estratégias para o Desenvolvimento: Um enfoque sobre Arranjos Produtivos Locais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste Brasileiros**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006, v. , p. 13-28.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **APLs no Brasil**. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>. Acesso em: 25 nov. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL**. Brasília, 2008c. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/portalmDIC/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=937>. Acesso em: 25 nov. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **PPA 2008-2011 - Ações de Apoio APLs / MDIC**. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=1509&refr=30>. Acesso em: 25 nov. 2008.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Plano Plurianual**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretaria.asp?cat=155&sec=10>. Acesso em: 8 nov. 2009.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Competitive Regional Clusters: national policy approaches**. França, 2007. Disponível em: http://www.unescap.org/tid/artnet/mtg/gmscb_regionalclusters.pdf. Acesso em: 2 out. 2009.

PANCERI, Reginete. **Modelo de gestão pública participativa: descentralização e regionalização**. Santa Catarina, 2009. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/download/download.asp?endereco=/pdf/desenvolvimentoregional/eventos/regionalizacao/palestra_07.pdf&nome_arquivo=palestra_07.pdf. Acesso em: 12 out. 2009.

PORTER, Michael E.. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

PROJETO MEU LUGAR. **Objetivo**. Santa Catarina. Disponível em: <http://www.cidadefutura.org.br/meulugar/objetivo.htm>. Acesso em: 5 nov. 2009.

RODAMILANS, Daniel Freire. **A organização de sociedades de garantia de crédito em Arranjos Produtivos Locais: Uma alternativa de acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas**. Florianópolis, Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). UFSC, 2007.

SCHEIDT, Leonardo Albalustro. **As aglomerações industriais como objeto de política**: um estudo exploratório em Santa Catarina. Florianópolis, Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). UFSC, 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Arranjos Produtivos Locais – APLs**. Santa Catarina, 2009c. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/produtos/default.asp?produto=1931>. Acesso em: 18 set. 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Institucional**. Santa Catarina, 2009a. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/institucional/default.asp>. Acesso em: 18 set. 2009.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Missão do SEBRAE em Santa Catarina**. Santa Catarina, 2009b. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/institucional/default.asp?vcdtexto=33&^^>. Acesso em: 18 set. 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. **Câmara de APLs**. Santa Catarina, 2009a. Disponível em: http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=74&Itemid=170&lang=brazilian_portuguese. Acesso em: 14 mai. 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. **PRODEC**. Santa Catarina, 2009b. Disponível em: http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=39&Itemid=46&lang=. Acesso em: 14 mai. 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis, Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. Disponível em: <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2008.

STAINSACK, Cristiane. **Governança em Arranjos Produtivos Locais**: Experiências do Paraná. Curitiba, Set. 2006. Disponível em: <http://www.ielpr.org.br/apl/uploadAddress/GovernanaAPLs-Set06%5B47828%5D.pdf>. Acesso em: 18 set. 2009.

SUZIGAN, Wilson. Aglomerações Industriais: Avaliação e Sugestões de Políticas. In: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Instituto Euvaldo Lodi (Org.). **O Futuro da Indústria**: Oportunidade e Desafios – A reflexão da universidade. Brasília: Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2001. Disponível em: http://www2.desenvolvimento.gov.br/arquivo/sti/publicacoes/futAmaDilOportunidades/futIndustria_01.pdf. Acesso em: 22 set. 2009.

TIGRES, Paulo Bastos. **Paradigmas Tecnológicos e Teorias Econômicas da Firma.** Fev. 2005. Disponível em:

http://www.pucsp.br/eitt/downloads/III_Ciclo_Art_Paulo_Tigre_Paradigmas_Tecnologicos_e_Teorias_.pdf. Acesso em: 19 mai. 2009.